

Eleição nos EUA

Fabricio Pontin, Tatiana Vargas-Maia, Flávio Miranda, Ellen Tristão, Debora Gaspar, Filipe Mendonça, Francisco Carlos Teixeira Da Silva, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Rubens Sawaya e Joana Salém discutem a eleição presidencial nos EUA, as razões da fraqueza de Biden e os impactos de uma possível vitória de Trump no Brasil e no mundo.

Resumo de monografia sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro

Eleição nos EUA

■ Por que Trump desponta como favorito? O que explica a fraqueza de Biden mesmo com resultados econômicos positivos? Uma vitória de Trump acarretaria um recrudescimento da onda mundial de extrema direita? Quais seriam os impactos geopolíticos e no Brasil?

Fabricio Pontin, da Unilasalle, e Tatiana Vargas-Maia, da UFRGS, perguntam: em um contexto em que eleitores progressistas parecem desmotivados, eleitores ao redor do país votam com sua dor e eleitores antissistema reafirmam sua crença, o que sobra para Biden?

Flávio Miranda, da UFRJ, afirma: [Ainda] é a economia, estúpido! Ele julga que seria injusto cobrar da classe trabalhadora estadunidense fidelidade aos Democratas. Uma nova vitória de Trump seria um impulso para a extrema direita no mundo.

Ellen Tristão, da UFVJM, avalia que a miséria humana (material e espiritual) produzida pelo capital abre espaço para a ideologia neofascista ser a única adequada aos tempos de crise climática, miséria, guerras e violência.

Debora Gaspar, da UFRRJ, e Filipe Mendonça, da UFU, ressaltam que está mais do que evidente que a crise da democracia liberal norte-americana é real. Uma das faces da crise é a tendência a um isolacionismo à *la carte* do país.

Francisco Carlos Teixeira, da Eceme, destaca que Trump, se reeleito, tende a descontinuar o apoio dos EUA à Ucrânia e reorientar sua preocupação estratégica em direção a “conter” a China.

Plínio de Arruda Sampaio Jr., do Contrapoder, acredita que a sociedade norte-americana se encontra no epicentro da crise estrutural do capitalismo mundial. O mito do crescimento como panaceia para os problemas sociais perdeu eficácia.

Rubens Sawaya, da PUC-SP, enfatiza que o surgimento de Trump é resultado do empobrecimento, exclusão social e desindustrialização nos EUA, provocados pelo neoliberalismo. Se Trump for eleito, a única saída contra o fortalecimento da extrema direita no Brasil é o crescimento econômico soberano.

Joana Salém, da UFABC, aponta que, entre um extremista de direita e um gestor do imperialismo “*as usual*”, os estadunidenses aprofundam sua crise estrutural. Nós, latino-americanos, sofreremos as consequências.

Leia também um resumo do trabalho de conclusão de curso de Ludmila Pinheiro de Souza, segundo colocado no 32º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado.

Sumário

Ainda é a economia, otário? Reflexões sobre o voto econômico nos EUA.....	3
<i>Fabricio Pontin e Tatiana Vargas-Maia</i>	
O que pode estar por trás do risco de um Trump II e que lições podemos tirar disso?	6
<i>Flávio Miranda</i>	
O teatro político contemporâneo	9
<i>Ellen Tristão</i>	
Contradições da superpotência em um mundo ainda mais conturbado	11
<i>Debora Gaspar e Filipe Mendonça</i>	
Um pesadelo que merece o Oscar	13
<i>Francisco Carlos Teixeira Da Silva</i>	
EUA no meio do redemoinho	15
<i>Plínio de Arruda Sampaio Jr.</i>	
A crise do império e o Brasil: luta pelo crescimento econômico	18
<i>Rubens R. Sawaya</i>	
Trump, Biden e a desgraça americana.....	20
<i>Joana Salém</i>	
Desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro.....	22
<i>Ludmila Pinheiro de Souza</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sérgio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Antônio dos Santos Magalhães. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2022-2024): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026): Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2022-2024): José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Ainda é a economia, otário? Reflexões sobre o voto econômico nos EUA

Fabricio Pontin*

Tatiana Vargas-Maia**

■ Para todos os efeitos, a eleição de 1972 define quem é o candidato “racional” para uma eleição “normal” no contexto norte-americano. Tanto republicanos quanto democratas aprendem imensamente com essa eleição. Em grande medida, ela redefine as estratégias de focalização geográfica, estabelece a realidade da perda dos votos do Sul para os democratas, e indica a possibilidade do mapa de “50 estados” para republicanos.

No que podemos chamar da era da hegemonia política neoliberal (entre 1972 e 2012), vamos ter uma sucessão de vencedores que seguem esse padrão normal, com eleições com discursos mais ou menos previsíveis e comportamentos demográficos-eleitorais igualmente previsíveis – a gente sabia, em cada um dos pleitos, onde e como a eleição seria competitiva, e o mantra de James Carville, de 1992 (“É a economia, otário”) se tornou uma espécie de profecia autorrealizável para explicar o fracasso ou o sucesso de presidentes.

Desde que Samuelson (1938) desenvolveu a teoria pura do consumo, é um lugar-comum dizer que consumidores “votam com o pé” a partir de um cálculo econômico e utilitário sobre qual movimento oferece maior vantagem comparada. Esse lugar-comum provoca um tanto de confusão – especialmente quando lido de forma combinada com o clássico de Downs (1957), *Uma teoria econômica da democracia*. A primeira confusão é a pressuposição que esse cálculo econômico é pecuniário, intencional e declarado – que eleitores estão literalmente planilhando custos econômicos de votar nesse e naquele candidato, e, ao encontrarem resultados pareto positivos, imediata-

mente tomam a decisão racional de votar no candidato que oferece mais vantagem.

Outra pressuposição é que o poder explicativo do modelo está reduzido ao fenômeno econômico, o que é dizer: se a economia vai bem para o eleitor, o eleitor premia o presidente; se a economia vai mal para o eleitor, o eleitor pune o presidente. Se um presidente preside uma boa economia e o eleitor elege um outro candidato, isso só pode significar que o outro candidato ou ofereceu uma condição econômica melhor, ou que a premissa do voto econômico está equivocada.

No entanto, o que tanto Samuelson quanto Downs indicam é que existem padrões de comportamento, de formulação de preferências, que a gente pode obter através da observação ou da declaração de preferências – um bom analista estará atento para como essas preferências indicam um custo, uma relação de causas e efeitos que levam uma determinada agente “x” para uma determinada decisão “y”.

Eleições são eventos econômicos, então, na medida que elas são sobre a identificação de grupos decisivos para a conquista de um determinado mercado, que está sendo disputado por diferentes produtos. Eleitores, aqui, são grupos de consumidores que são disputados por produtos – e a disputa é uma disputa de soma zero: os compradores compram apenas uma vez por evento, e o mercado se abre apenas a cada quatro anos, o que dá tempo para os respectivos produtos pensarem seus respectivos público-alvo e como dominar o mercado (dentro das regras existentes no mercado em tela).

O período entre 2001 e 2016 é um período de intenso sangramento da estabilidade neoliberal. Os principais dogmas do otimismo institucionalista estabelecido por

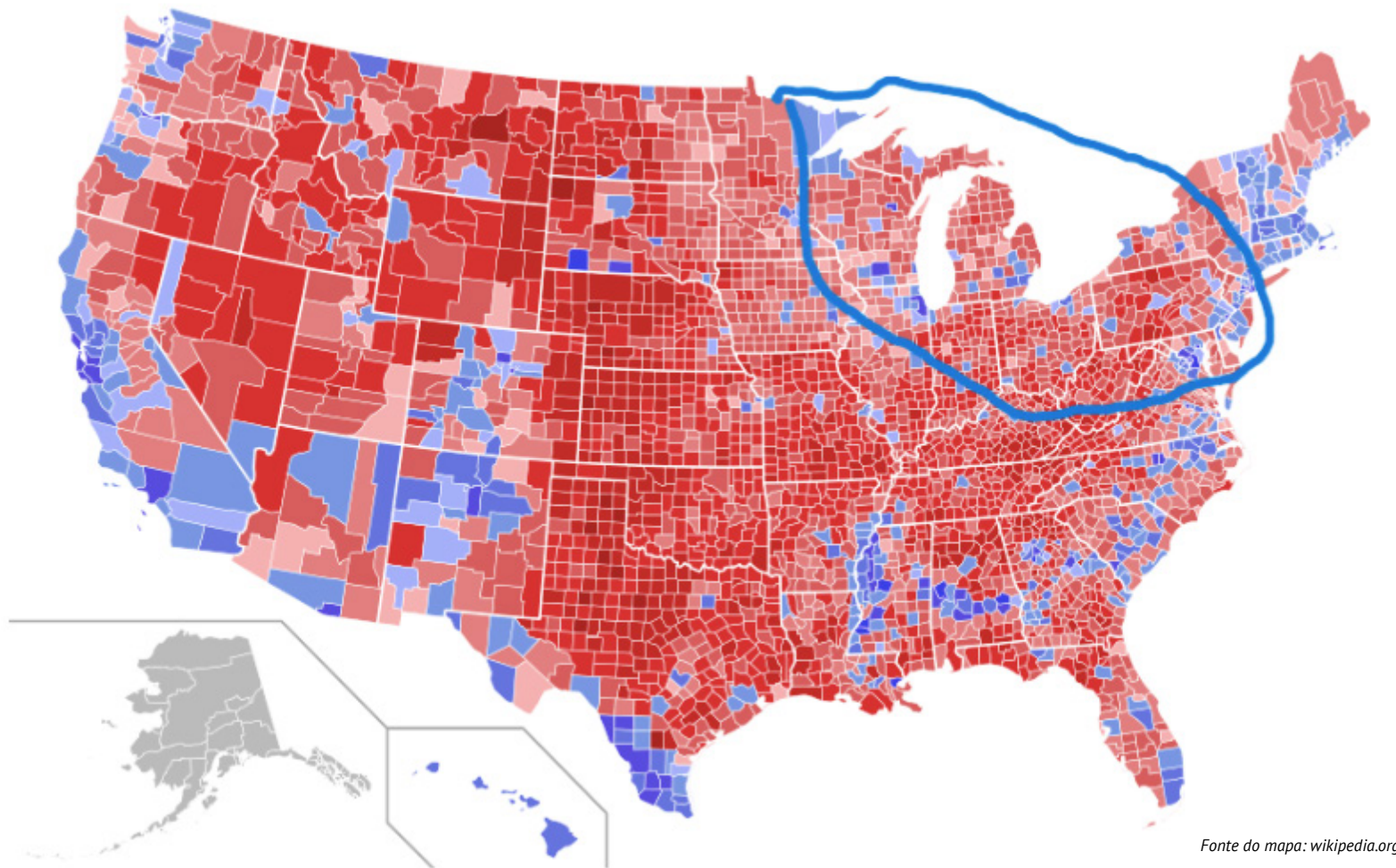


Tatiana Vargas-Maia



Fabricio Pontin





Reagan e Thatcher, e mesmo das variações neoconservadoras e neodesenvolvimentistas do modelo neoliberal, foram caindo uma por uma – o principal dogma a cair foi o da flexibilização, ou, deveríamos dizer, das consequências da flexibilização.

A entrada da China no mercado financeiro internacional mudou a lógica da produção industrial mundial. A matriz industrial norte-americana e europeia muda de endereço para a China e sul da Ásia, e é substituída, em grande parte, por empregos no setor de serviço, alta tecnologia e finanças. A aposta neoliberal é que essa flexibilização não teria problemas, se a capacidade de consumo dos indivíduos permanecesse pareto positiva: se a mudança no tipo de emprego não afetar o poder de compra, as pessoas não vão ficar aborrecidas.

O problema, é claro, estava no conceito de “valor”. Pessoas no antigo cinturão da ferrugem norte-americano viram, no período de 30 anos, toda a malha comunitária e afetiva que

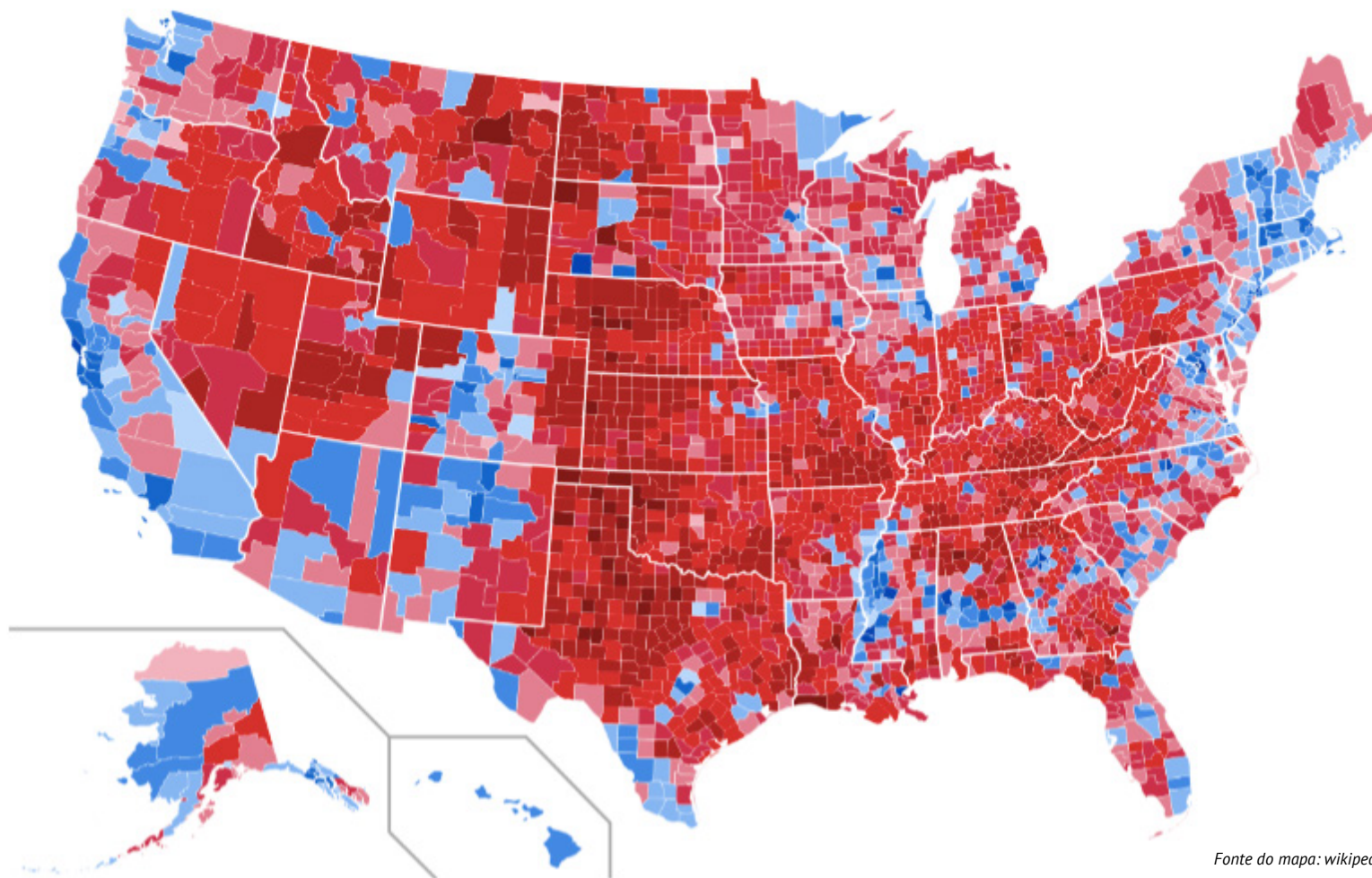
definia o seu espaço demográfico sumir. Esse processo de desaparecimento da malha industrial não acompanhou um aumento de desemprego, ou sequer de diminuição de poder de compra – o americano médio, nessa região, continuou com poder de compra (muitas vezes intermediado por concessão de empréstimos, garantidos pela nova malha financeira, que desabou no final de 2007 com consequências que ainda estamos tentando compreender); o que ele percebeu, no entanto, foi uma mudança radical na sua comunidade. Indústrias e modos de vida sumiram totalmente e o exercício das velhas identidades trabalhistas na região virou algo diferente: um movimento político de insurgência antiestabelecimento, antissistema, anti-*status quo*.

2016 é um catalizador de mais de 40 anos de mudanças institucionais, estruturais e identitárias nos Estados Unidos, e essa mudança fica clara quando a gente olha para um mapa:

Esse é um mapa que dá uma vitória de 3 milhões de votos para Hillary Clinton na eleição direta. E uma vitória espetacular de Trump na votação que importa: a dos delegados. Trump vence ao dominar o cinturão da ferrugem, e ao virar, definitivamente, o estado da Flórida para os republicanos. Estamos vendo o surgimento de um novo tipo de consumidor “dominante”, o que é dizer, um eleitor capaz de decidir eleições: o eleitor que não gosta do produto “padrão”, que está rejeitando ou associando produto padrão com dor, sofrimento.

Mas, então, por que Biden vence em 2020? Esses eleitores deixaram de existir? E se a eleição de Biden estiver nos confundindo? Se a vitória de Biden não representar um recrudescimento do sentimento antissistema, mas uma espécie de um último suspiro de uma velha ordem?

Esse é o mapa de 2020. É uma vitória impressionante do Biden, mas queremos apontar algumas coisas: a quantidade de distri-



Fonte do mapa: wikipedia.org

tos que ficam mais densos (mais vermelhos ou mais azuis) e, mais importante, a quantidade de distritos que ficam menos azuis. Uma das coisas mais impressionantes na comparação entre 2020 e 2016 é que Trump faz mais votos em 2020 do que em 2016. Ele também faz votos em um nexo mais diverso de votantes. Trump perde a eleição, mas aumenta a sua base de consumidores.

Em qualquer critério normal de análise, a economia americana parece ir bem: o desemprego está baixo, a média salarial parece estar em crescimento relativo, o poder de compra médio dos americanos está bom, o endividamento é grande, mas isso não deveria ser um problema se as pessoas seguem podendo consumir. Se é sobre a economia, por que então Biden está com problemas para dominar a eleição?

O problema é que as condições estruturais que emolduram a crise antissistêmica nos EUA seguem não apenas ativas, mas

piorando. A crise identitária nos antigos centros produtivos-industriais americanos virou uma crise de saúde pública, quando a indústria psiquiátrica-farmacêutica americana encontrou no antigo trabalhador do setor de manufatura e aço um quadro em branco para pintar uma nova realidade, e aquele americano padrão, antes de capacidade de segurança amarelo na cabeça e pá na mão, vira um viciado em analgésicos.

Esse eleitor, um dia o mais confiável comprador do produto democrata, talvez represente um novo normal. A oxitocina começa a ser usada em 1996 em pacientes com câncer e se torna endêmica conforme a Purdue Pharma consegue manipular o sistema norte-americano para permitir o uso do opioide em quase qualquer condição associada com “dor”. A substância coroa o perfil de um eleitor que compra baseado em um motivador: a sua dor.

Esse votante não é uma pessoa, apenas. Ele é um nexo comunitário, identitário, e mais

diverso do que parece – e é um nexo que parece estar bastante inclinado a apoiar Trump.

A eleição está perdida para Biden? Não, mas precisamos entender quais são os caminhos possíveis para uma vitória do democrata. Em um contexto em que eleitores progressistas parecem relativamente desmotivados, eleitores ao redor do país votam com sua dor e eleitores antissistema reafirmam sua crença, o que sobra para Biden? Sobra confiar na existência de um *establishment* que, talvez, já tenha dado o seu último respiro.

* É doutor em Filosofia pela Southern Illinois University – Carbondale e professor da graduação em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (Unilasalle).

** É doutora em Ciência Política pela Southern Illinois University – Carbondale e professora da graduação em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



O que pode estar por trás do risco de um Trump II e que lições podemos tirar disso?

Flávio Miranda*

■ Ao final do primeiro ano do governo de Donald Trump, Nancy Fraser, importante intelectual e militante feminista estadunidense, apresentou uma avaliação política que pode soar algo premonitória. Segundo Fraser, se ao fim daquele mandato fosse reinstalado na Casa Branca o projeto político do Partido Democrata que vigorara até então (consubstanciado nos mandatos Clinton e Obama), seriam não apenas repostas, como potencializadas, “as mesmas condições que criaram Trump”¹.

Na altura em que chegamos, isto é, às portas da próxima eleição presidencial naquele país, com Trump não apenas atropelando seus adversários nas primárias do Partido Republicano, como figurando na primeira posição nas pesquisas de intenção de voto, a precisão da observação de Fraser não poderia ser mais evidente. No entanto, os dados aparentemente alentadores da economia dos EUA em 2023, especialmente levando-se em conta as expectativas negativas do início do ano passado, parecem colocar-nos diante de um enigma. Parafraseando um estrategista da vitoriosa campanha dos democratas em 1992: Não seria mais a economia, estúpido?

De fato, o PIB do país cresceu a taxas superiores à maior parte dos países imperialistas, houve criação de 14 milhões de postos de trabalho em menos de 3 anos, a taxa de desemprego tem oscilado em torno dos 3,5% e, no ano passado, os salários nominais cresceram a taxas mais elevadas que a inflação pela primeira vez desde a pandemia. Antes de nos perguntarmos se o funcionamento da economia não teria mais relevância nos resultados eleitorais, talvez seja o caso de olhar a economia de modo um pouco mais profundo do que a maioria dos econo-

mistas normalmente o faz. Isto é, para além do culto superficial dos dados empíricos.

Encontramos na supracitada contribuição de Nancy Fraser uma chave de leitura que pode servir de guia por estas escuras sendas. Segundo a autora, a humanidade vem experimentando, nestes últimos anos, uma crise “multifacetada”, com dimensões econômicas, ecológicas e sociais. Essa “crise geral” se manifestaria, nos Estados Unidos, na forma como a expansão financeira leva o caráter autocontraditório do capital às mais elevadas alturas; na proliferação de empregos precários no setor de serviços (“McJobs”); na explosão das dívidas dos consumidores para a compra de “bugigangas baratas produzidas em outros países”; na conjunção de emissões de carbono crescentes, eventos meteorológicos extremos e negacionismo climático; no encarceramento em massa e na sistemática violência policial, com forte componente racial; e nas tensões crescentes que recaem sobre as vidas comunitárias e familiares em virtude de jornadas de trabalho escorchantes e do declínio na provisão de políticas sociais.

Estas determinações expressam-se politicamente na rejeição da política enquanto tal, ou melhor, da forma tacanha como ela se apresenta para a maioria da população. Poder-se-ia ainda dizer, no abalo do consenso construído em torno da forma que a dominação burguesa assume no capitalismo contemporâneo. Como aponta Fraser, usando Antonio Gramsci: “A vertente política de nossa crise geral é uma crise de hegemonia”. Esta crise nas condições ideológicas da dominação burguesa teria aberto espaço para representações “não-tradicionais” da classe dominante – dada, é preciso notar, a ausência de uma alternativa genuinamente antissistêmica.

Segundo a autora, o bloco hegemônico que expressava a dominação burguesa nos



EUA correspondia ao denominado “neoliberalismo progressista”. Uma aliança aparentemente improvável entre correntes liberais dos movimentos feministas, antirracistas, ambientalistas, multiculturalistas e LGBTQI e os setores mais dinâmicos da burguesia estadunidense, simbolizados, na proposta em tela, por “Wall Street, Vale do Silício e Hollywood”.

O programa neoliberal progressista representaria um amálgama de administração neoliberal da economia e políticas meritocráticas para as assim chamadas minorias. Esse nexos peculiar entre o que a autora anota como dimensões distributiva e de reconhecimento da hegemonia teria por rival, na disputa pela administração do Estado, o projeto “neoliberal reacionário” do Partido Republicano antes de Trump. Este combinava, em termos muito sucintos, a mesma concepção neoliberal de distribuição da riqueza (com, se muito, pequenas nuances), com políticas reacionárias de reconhecimento. Na prática, os dois projetos ocupavam alternadamente o governo estadunidense desde a era Reagan. Cada mandato era confirmado por sua reeleição e seguido por um mandato do partido concorrente.

Parece-nos, portanto, que o modo como se afirma a hegemonia burguesa, que tem por pilar fundamental a administração neoliberal do Estado (combinada com uma forma ou outra de se abordar questões “identitárias”), opera de acordo com as condições gerais para acumulação de capital que caracterizam o capitalismo contemporâneo, o que comporta certa desigualdade entre o âmbito econômico e o político. Desse modo, salta aos olhos a incapacidade de ambos projetos “irmãos inimigos” em oferecer respostas aos problemas enfrentados pela maior parte da população do país (chama atenção o fato de que até a eleição de Trump, pelo menos, a última década viu uma piora nos padrões de vida dos 2/3 dos estadunidenses situados nos estratos mais baixos de renda).

Da enorme fenda entre essas duas faces da hegemonia burguesa no capitalismo contemporâneo, consubstanciada na incapacidade de atender de maneira substantiva às demandas populares e, desta forma, de criar vínculo político sólido, de massas,

mesmo ao projeto que pretendia apresentar alguma face humana (o democrata), surge Trump. Até então, o que se apresentava como alternativa girava em torno dos sentimentos acerca da forma como deveriam ser atendidas demandas por reconhecimento. O projeto encabeçado por Trump percebe esse flanco e é capaz de galvanizar uma enorme parcela da classe trabalhadora (sobretudo branca, heteronormativa e cristã), apostando em uma versão radicalizada daquele reacionarismo² que, sob o ponto de vista da formação do campo trumpista, os republicanos expressavam em cores pálidas.

Para além disso, era preciso oferecer, como propaganda política, a imagem de uma oposição à ordem distributiva que, desde a eclosão da crise do capitalismo contemporâneo em 2007, respondia pela degradação acelerada das condições de vida da maior parte da população e fomentava, por toda parte, ressentimento social crescente. Deve-se lembrar que, ao longo da caminhada rumo às eleições de 2016, emerge como força política relevante o projeto autointitulado “socialista democrata” encabeçado por Bernard Sanders. Ambos, Sanders e Trump, cada qual a seu modo (e, no caso de Trump, de modo meramente retórico), atacavam a ordem distributiva neoliberal³.

Como se sabe, a alternativa Sanders foi derrotada nas primárias democratas pelo neoliberalismo progressista de Hilary Clinton. Como também é sabido, uma vez eleito, Trump não adotou, na prática, qualquer tipo de política distributiva antineoliberal. Aquilo que se apresentava como alternativa revelou-se um (muito) mais do mesmo. Uma versão, para voltar às caracterizações de Fraser, “hiper-reacionária” do neoliberalismo, que não chega a constituir um novo “bloco hegemônico”, mas se assenhora, de maneira impressionante, do aparelho político republicano.

Além do mais, parece seguro notar que entre a opção democrata e o republicanismo trumpista existem diferenças não desprezíveis em concepções geopolíticas, isto é, quanto ao reposicionamento do projeto imperial estadunidense no contexto de crise estrutural⁴ pelo qual passamos. Por exemplo, na política externa com relação à Rússia

e na forma da atuação militar dos EUA no tabuleiro global. Essas diferenças merecem atenção cuidadosa, mas parece cedo para conclusões definitivas acerca de seus possíveis resultados. No entanto, o recrudescimento das disputas com a China parece apontar para o fato de que a guerra comercial aberta por Trump não se trata de mera política de governo, mas de uma já consolidada política de Estado.

Não é a ocasião para aprofundar esses temas, mas para chamar a atenção para o seguinte. Todos sabemos que o mandato Trump não foi confirmado nas urnas, isto é, não logrou a reeleição. Isso a despeito de resultados econômicos, ao menos até a eclosão da pandemia, similares aos do governo Biden em termos de crescimento e taxa de desemprego, por exemplo. Também sabemos que Trump não correspondeu à alternativa concreta no que diz respeito às demandas da classe trabalhadora estadunidense por melhores condições de vida.

Contudo, a sensação de decomposição do elã social, dos projetos de vida, de tudo aquilo que se tinha por conquista ou por algo passível de ser conquistado, desde a casa própria (tão presente na construção ideológica do “sonho americano”) até condições ambientais suportáveis, nada disso encontra resposta, já sabemos, no projeto neoliberal, qualquer que seja sua coloração.

Na prática, as condições da administração da crise do capitalismo contemporâneo e da defesa da hegemonia estadunidense na economia mundial implicaram, nesses últimos anos, por exemplo, o aumento nas taxas de juros praticadas pelo Banco Central estadunidense (*Fed*), o que incide nos custos de empréstimos em toda a economia. Isso significa que cresce o peso das dívidas para os já enormemente endividados trabalhadores dos EUA, que o aumento no custo das hipotecas somado ao patamar ainda elevado de preços das casas leva a mínimos históricos a capacidade de aquisição da casa própria e que, portanto, não deve causar tanto espanto os níveis bastante baixos de “confiança dos consumidores” que pesquisas de opinião se esforçam por aferir⁵.

O alardeado “mercado de trabalho forte”



continua a oferecer, sobretudo, empregos de baixíssima qualidade e remuneração. As recentes altas no preço da gasolina (entre abril de 2020 e 2022), assim como a alta inflação que vigorou ao longo da maior parte da gestão Biden, implicam redução no poder de compra da população nessa última quadra (a despeito do resultado contrário no ano que passou).

Em suma, seria injusto, para dizer o mínimo, cobrar da classe trabalhadora estadunidense qualquer tipo de fidelidade ao Partido Democrata. A grande maioria da população continua carente de um projeto genuinamente direcionado às suas demandas, que possa unificar os diversos estratos da classe trabalhadora em torno de uma pauta comum (conquista de direitos, melhores condições de existência ou mesmo crítica do comando do capital sobre a vida).

De imediato, temos, daqui do Brasil, razões seríssimas para nos preocuparmos. Uma nova vitória de Trump certamente representaria um impulso para a extrema direita em nível global. Para além disso, o caso acima discutido oferece uma lição muito importante, mas que grande parte da esquerda insiste em ignorar. Não se cria vínculo a um proje-

to político por meio do estímulo ao consumo ou por ações afirmativas de reconhecimento. O vazio nas ruas após o golpe dado contra o governo Dilma e a prisão de Lula já à beira da corrida eleitoral não nos deixa mentir. Uma administração neoliberal, mesmo que de tipo progressista, como a praticada pelo governo de frente ampla que agora ocupa o Palácio do Planalto (assim como pelas anteriores administrações PT), não é capaz de produzir respostas cuja urgência pode ser atestada das mais diversas formas.

Ou se constrói uma alternativa popular, genuinamente contra-hegemônica, o que só pode ser feito de baixo, nas ruas e com esforço conjunto e decidido de mobilização popular por meio de todas as organizações da classe trabalhadora (a ocupação do aparelho governamental oferece condições ímpares para isso), ou tudo leva a crer que o futuro nos condena à alternância (para ser otimista) entre um neoliberalismo (cada vez menos) progressista e aventuras neofascistas (com potencial destrutivo e espoliador crescentes). [Ainda] é a economia, estúpido!

* É professor do IE/UFRJ.

1 Nancy Fraser. *From Progressive Neoliberalism to Trump – and Beyond*. Disponível em: <https://americanaffairsjournal.org/2017/11/progressive-neoliberalism-trump-beyond/>

2 Racista, misógino, homofóbico, transfóbico e xenófobo.
3 Chamemos a atenção, brevemente, para o caráter não-radical dessa crítica, sobretudo do ponto de vista dos socialistas democratas, apesar deles serem conhecidos internamente pela alcunha de radicals. Isto é, as críticas que se circunscrevem ao terreno da distribuição perdem de vista a forma como se organizam as relações sociais de produção e, correlativamente, as capacidades produtivas no capitalismo, o que, necessariamente, se relaciona à forma especificamente capitalista de distribuição da riqueza. O modo de produção capitalista em sua forma particular “neoliberal” associa-se, incontornavelmente, a um modo “neoliberal” de distribuição.

4 No sentido de que se trata de uma crise que aponta o esgotamento das condições gerais para acumulação de capital que vigoram no capitalismo contemporâneo, em sua capacidade de gerar um ciclo expansivo virtuoso (para o capital!), apontando para a necessidade da reestruturação geral dessas condições (em nível geopolítico, de estruturação do Estado, das relações entre capital e trabalho etc.).

5 Biden's economy vs. Trump's, in 12 charts, publicada no Washington Post em 23 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2023/12/23/trump-biden-us-economy-compared/>

O teatro político contemporâneo

Ellen Tristão*

■ O cenário político internacional dos últimos anos nos apresenta uma dinâmica em que os atores principais parecem se revezar na interpretação de papéis totalmente antagônicos, e no qual a intensidade do clímax parece percorrer do primeiro ao último instante da peça e não nos deixa claro quando se dará o último ato ou quem, dentre os personagens, triunfará. Passando ao largo de muitos condicionantes políticos e sociais, podemos dizer que esta peça tem início com a eleição de Silvio Berlusconi como *premier* da Itália, em 1994. A partir de então, nas três décadas que se seguem, vemos a tendência de ascensão da extrema direita, cada vez mais desavergonhada.

No início deste século, nosso continente viu as eleições de presidentes de esquerda no Brasil, na Argentina, na Bolívia e no Equador, também do primeiro presidente negro nos Estados Unidos. Porém, como se no palco se encenasse uma quadrilha, os personagens se misturam e rodopiam, e o cenário progressista vai ganhando contornos conservadores. Ainda nos anos 2000, ocorre a tentativa de golpe na Venezuela e golpes bem-sucedidos contra governos de esquerda no Haiti e Honduras.

Sob um cenário de contrarreformas, no qual partidos de esquerda cumprem toda a cartilha neoliberal e em detrimento de suas instituições democráticas – só pensar em François Hollande na França e no governo Syriza na Grécia –, ainda na toada golpista, são depostos Fernando Lugo no Paraguai e Dilma Roussef no Brasil. A preponderância da extrema direita parece ser coroada com as eleições de Donald Trump, em 2016, nos EUA, e Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil. Sem falar de sua presença vitoriosa no início da década com Viktor Órban na Hungria (2010) e ao seu final com Volodymyr Zelensky na Ucrânia (2019).

O ritmo se torna frenético nos últimos anos. Fazendo um caminho inverso pela linha do tempo, se voltarmos em apenas seis meses, um olhar aos acontecimentos do último trimestre de 2023 nos mostraria Javier Milei apenas despontando entre os favoritos às eleições argentinas; enquanto Israel e seu primeiro-ministro Benjamin Netanyahu sequer promoviam, com a intensidade atual, o genocídio em Gaza. Caminhando ao ano anterior, em 2022, o Brasil se via envolto nas disputas eleitorais entre Bolsonaro e Lula; e tal como nos EUA em 2020, aqui também a extrema direita fora derrotada. Porém, do outro lado do Atlântico, Giorgia Meloni, admiradora de Benito Mussolini, se tornava *premier* na Itália e a Guerra da Ucrânia levava bombardeios a solo europeu – com um neofascista declarado na presidência deste país, contra um país marcado por políticas homofóbicas e igualmente violentas, a Rússia de Vladimir Putin.

Esta efervescência de eventos políticos mundiais, por um lado, se apresenta sobre um palco firme e sólido, o elemento estável do período contemporâneo: as bases econômicas da reprodução do capital; por outro, por mais que se mova freneticamente, se transforma perigosamente no “novo normal”, num *continuum* de violência e morte de contornos bárbaros, atingindo a vida de uma massa cada vez maior da população. Vale observar que ao nos referirmos às bases econômicas como “elemento estável”, pensamos apenas em sua substância (*a la* filosofia aristotélica/hegeliana) como aquilo que permanece, mas cuja forma está em constante mudança e cujo conteúdo cada vez mais reflete sua crise estrutural.

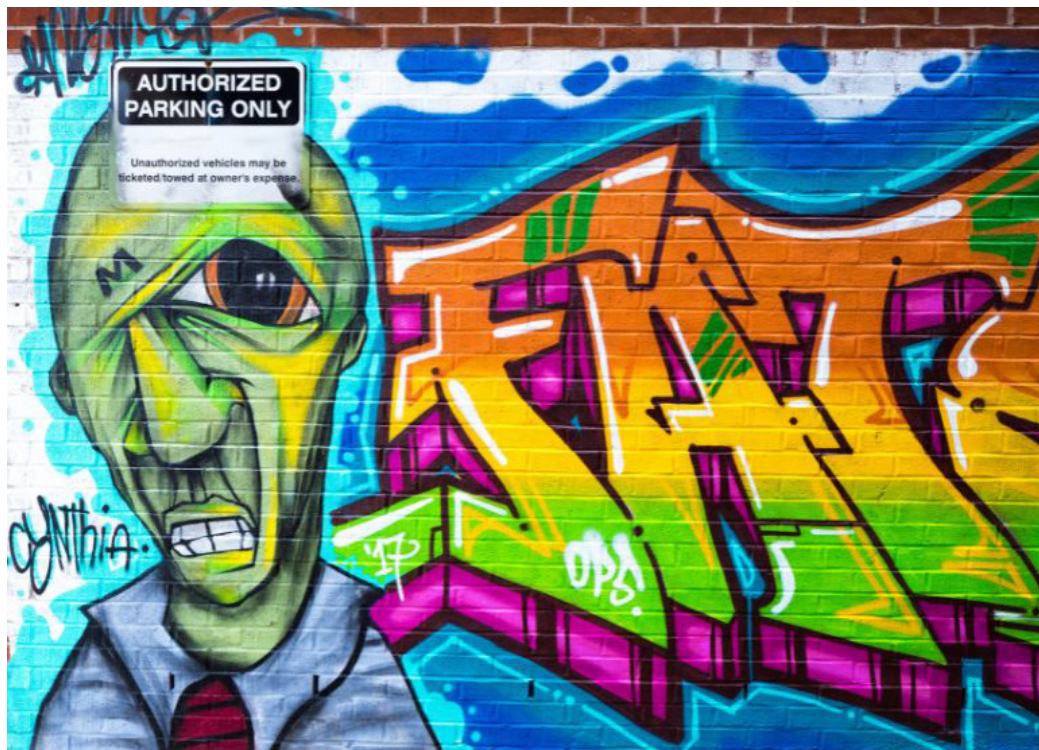
O resultado da crise econômica e do esgotamento de possibilidades para sua superação (nos marcos do capitalismo) levam o capital a uma busca desenfreada pelo lucro, pela apropriação de mais-valor. Neste pro-



cesso, o neoliberalismo é hoje o senhor máximo de todos os governos, sejam de extrema direita, progressistas ou moderados.

No cenário político de 2024, se desenha um possível retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. Para aqueles que comemoraram sua derrota em 2020 e igualmente festejaram a vitória petista em 2022, isso parece ser uma reviravolta indesejada. No entanto, como já dizia Karl Marx, a economia é o momento predominante na sociedade. E longe de qualquer determinismo, podemos afirmar sem receios que, se a economia continua a produzir barbárie, os valores mais bárbaros são os únicos que encontram um ambiente propício para se desenvolverem. Se o mundo não freia o genocídio em Gaza, assim como sequer olhou aquele de Mianmar em 2017; se o mundo não diz um basta às políticas xenofóbicas e ao racismo; se as religiões mais conservadoras ganham espaço no combate aos direitos das mulheres e nos ataques contra a população LGBTQIAPN+, é porque a miséria humana (material e espiritual) produzida pelo capital abre espaço para a ideologia neofascista ser a única adequada aos tempos de crise climática, miséria absoluta crescente, guerras e violência extremada (e institucionalizada).

Este é o palco de substrato econômico que permite que se revezem governos de ideologias distintas. Mas este aparente frenesi ideológico tem uma tendência cruel. Assim



como a crise dos anos 1920/30 e a violência da Primeira Grande Guerra engendraram o fascismo, a crise atual e a violência neoliberal trazem ao palco o neofascismo como tendência. E nesta analogia, entre tantas diferenças que não nos cabe aqui pontuar, há traços que se repetem lá e cá: o culto ao líder, a mitificação da realidade e o menosprezo (equivocado) à autonomia dessas lideranças perante as elites que sempre governaram.

Adolf Hitler e Benito Mussolini chegaram ao poder em meio ao caos (que suas milícias ajudaram a criar), mas de forma “democrática”: o primeiro como chanceler eleito, o segundo nomeado *premier* pelo rei. Como pontua Paxton (2007), as elites que os auxiliaram na escalada ao poder duvidavam de sua capacidade em permanecer nele autonomamente. Análise similar a dos comunistas nas teses do V Congresso (1924) da Internacional Comunista, quando afirmaram que após uma vitória, os fascistas naufragariam por sua incompetência (Claudín, 2013). Note-se que qualquer semelhança com a vitória de Luís Bonaparte e o posterior golpe que deflagra na França, em 1852, não é coincidência.

Donald Trump nunca foi respeitado como político ou mesmo tomado como um cidadão

de qualidades admiráveis. Seja ele ou Bolsonaro, os adjetivos pejorativos na boca dos críticos soam como elogio aos ouvidos de seus adeptos. Adorno (2015) já observava que o fascínio aos líderes fascistas deriva mais de seus defeitos e da oralidade desenfreada do que de suas virtudes. Este aspecto explica a continuidade da popularidade (e intenção de votos) a esses dois personagens da comédia trágica que se desenrola. Mas alerta também ao risco de, em face da barbárie crescente, retornarem ao poder. E retornarem com apoio das elites de memória curta, que, manipuladas pela necessidade de manterem seu capital, jogam aos leões os trabalhadores, a civilidade e a humanidade que também integram, sob a falsa crença de poderem conter sob suas rédeas a “cadela do fascismo”.

À esquerda cabe compreender que, na batalha ideológica, argumentos factuais, lógicos, comprovados e coerentes não aniquilam, ou sequer põem em dúvida a ideologia neofascista. Os mitos sobre os quais esta ideologia se constrói fornecem as explicações para a miséria humana na qual imergimos. Explicações com base no mito de diferenças de raça, em regras religiosas absolutas e retrógradas, em hierarquias de gê-

nero sob as quais os dominantes mascaram sua fragilidade.

Esta mitificação da realidade é coerente com a reificação da vida humana. Num mundo dominado por coisas e pelo “deus” supremo do mercado, num mundo em que os trabalhadores se acreditam empreendedores e se digladiam, num mundo em que a sobrevivência de toda a humanidade está em risco pela catástrofe ambiental, mitificação e mistificação andam lado a lado.

Uma vitória da extrema direita nos Estados Unidos significaria o fortalecimento da ideologia neofascista em termos mundiais. O retorno triunfante de um líder desfaz as poucas resistências institucionais que ainda se apresentam, ou seja, leis e Constituições podem ser alteradas com mais facilidade. A violência necessária ao capital em tempos de barbárie encontrará seu aliado mais “rápido e eficiente”, pronto para desfazer qualquer amarra humanitária, sempre em prol do lucro e do livre mercado.

No teatro político contemporâneo, o desfecho parece remeter para a associação triunfal de neofascismo e neoliberalismo, cujo domínio absoluto é o do capital. Se isto se concretizar, o abrir das cortinas ao final do espetáculo não encontrará aplausos, mas um silêncio fúnebre. Aguardemos, como resistência, os próximos atos.

Referências

- ADORNO, Theodor. Antissemitismo e Propaganda fascista. Teoria freudiana e propaganda fascista. In: *Ensaio de psicologia social e psicanálise*. São Paulo: UNESP, 2015.
- CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- PAXTON, Robert. O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

* É doutora em Economia pela UFF e professora da UFVJM.



Contradições da superpotência em um mundo ainda mais conturbado

Debora Gaspar*
Filipe Mendonça**

■ A eleição presidencial norte-americana de 2024 já se encontra envolta por uma forte sensação de retorno a 2016 e, em termos do debate eleitoral, a 2020, porém já com a experiência pretérita de um mandato inteiro de Donald Trump e em um contexto geopolítico em que duas guerras de maior projeção se encontram em curso. Repetições de debates presidenciais violentos tendem fortemente a inundar os noticiários, aumentando a sensação de exaustão e desamparo diante de uma disputa que pode ser caracterizada como um embate entre dois incumbentes, uma vez que se trata de um presidente em exercício contra seu antecessor imediato. Além disso, assim como ocorreu no Brasil, trata-se de um embate não entre apoios, mas entre rejeições, ao que a mídia norte-americana tem se referido como *double-haters* ou *double-negatives*.

Do ponto de vista do Partido Republicano, o que parecia uma aposta em 2016 tem se revelado a estratégia central do partido, amalgamado em torno da candidatura do ex-presidente – que é alvo de 91 processos na justiça, distribuídos entre quatro casos, incluindo alguns por incitação à derrubada violenta da democracia, sob falsas alegações de fraude nas eleições. Nas primárias do Partido Republicano, Trump já discursa em termos de eleições gerais. O tom simplista e fatalístico de suas colocações, em que afirma que a reeleição de Biden levaria à extinção de empregos na indústria e *black-outs* constantes mostram que a decadência e precariedade do debate político nos Estados Unidos se estabilizaram.

A partir de um recuo histórico um pouco mais longo, que remonta às múltiplas crises dos anos 1970, entendemos que as tendências abertas pelas políticas econômicas neo-

liberais de Ronald Reagan (1981-1989) – que colocaram a sociedade norte-americana em uma trajetória de ampliação das desigualdades, com compressão da classe média –, estão fortemente associadas à ampliação e capilarização de grupos conservadores, pivôs centrais da campanha política e do eleitorado de Donald Trump. O ex-presidente já provou sua capacidade de capturar e simbolizar tendências políticas e sociais que vêm se afirmando na sociedade e no sistema político norte-americano. Nas pautas sociais capazes de provocar forte divisão, como controle migratório e direito ao aborto, Trump concede voz e sensação de poder a camadas sociais que flertam com o nacionalismo, a xenofobia e sentimentos antidemocráticos, quando não autoritários. O Partido Democrata, por sua vez, não demonstra capacidade de catalisar lealdades da forma visceral como logra o ex-presidente.

Um elemento que causa perplexidade a analistas de política e economia dos Estados Unidos é o fato de o bom desempenho dos principais indicadores econômicos não parecer garantir ao presidente Biden chances mais claras de se reeleger. Diferentemente do que ocorreu com Trump nas últimas eleições, é incomum o incumbente não se reeleger, sobretudo quando a economia vai bem ou, como agora, exhibe sinais de recuperação (inflação em baixa, desemprego em baixa histórica, projeção de crescimento, melhora na confiança do consumidor). A previsão de crescimento econômico para 2024 é de mais de 2%, menor do que os 2,5% do ano passado, mas maior do que o 1,9% do ano anterior. No passado recente, era possível prever resultados eleitorais, notadamente nos Estados Unidos, com base nos indicadores econômicos. O apelo que o ex-presidente ainda exerce sobre parte do eleitorado parece ter menos relação com perda de renda e emprego



Debora Gaspar



Filipe Mendonça



do que com sentimentos mais difusos como frustração e marginalização. Outros fatores extraeconômicos, como a idade avançada de Biden (que apesar de ser apenas 4 anos mais velho que Trump, exibe uma imagem associada a uma fragilidade mais pronunciada) e o posicionamento dos eleitores mais jovens frente à guerra no Oriente Médio parecem ter alguma relevância.

O slogan econômico que ganhou alguma tração nos primeiros dois anos do atual governo, o “*Bidenomics*” – fortemente associado à política industrial e de infraestrutura, repatriação tecnológica e transição energética –, tem sido menos evocado neste ano eleitoral, pelo baixo apelo que exerce. Legislações importantes foram adotadas em 2022, como o *CHIPS Act*, que prevê investimentos em tecnologia, e o *Inflation Reduction Act*, que promove investimento em produção de energia doméstica e redução de custos de acesso à saúde e a medicamentos. Ambos são versões mais modestas da plataforma eleitoral de Biden de 2020, *Build Back Better*. Projetos mais ambiciosos e abrangentes, como o *Green New Deal*, derrotado no Senado ainda no governo Trump, em 2019, e recentemente reapresentado por deputados democratas no Congresso, não parecem ter espaço perante a resistência republicana.

Uma atitude mais protecionista quanto ao comércio internacional, mais precisamente nas relações comerciais e nas consequentes transferências tecnológicas com a China – que remonta ao governo de Barack Obama, mas foi radicalizada com Trump –, guardou continuidade no governo Biden. Um novo mandato de Trump tende a acentuar essa tendência, sob uma retórica ainda mais agressiva. Assim como em outras partes do mundo, na “*Bidenomics*” o protecionismo comercial e até mesmo a securitização de alguns setores de tecnologia sensível, como o de microchips, estão associados a uma política industrial mais ostensiva. Além de contemplar setores econômicos domésticos, tal política econômica tende a atrair a classe trabalhadora, que associa a queda dos empregos industriais nos Estados Unidos à China.

Há, portanto, uma crise da ordem liberal internacional arquitetada pela própria di-

plomacia norte-americana a partir de 1944. Tal crise, embora fruto de mudanças estruturais na ordem internacional, tem relação direta com a incapacidade dos Estados Unidos de resolverem seus problemas internos. Está mais do que evidente que a crise da democracia liberal norte-americana é real. A decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de manter a candidatura de Trump, mesmo com vastas provas sobre a participação indireta do ex-presidente na invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, é mais um capítulo desta história. Do lado democrata, após prometer rejuvenescer a democracia norte-americana, Biden encontra-se em uma batalha para defendê-la em seu próprio país, mas sem atrair multidões, em grande parte devido a seu apoio até aqui incondicional a Benjamin Netanyahu e Volodymyr Zelensky.

Diferentemente do Brasil, em que a política externa ocupa um lugar menor no debate eleitoral, as eleições presidenciais nos Estados Unidos são marcadas por temas da conjuntura internacional. Em 2016, Trump vence Hillary Clinton defendendo uma política externa revisionista, resumida no slogan “*America First*”. Em 2020, Biden vence Trump prometendo recolocar os Estados Unidos no centro do mundo, em um contexto de inúmeros questionamentos sobre a legitimidade dos Estados Unidos no mundo durante a pandemia de Covid-19. Na já pavimentada disputa entre Biden e Trump deste ano, as Guerras na Ucrânia e na Palestina certamente estarão no centro do debate.

Noutras palavras, os norte-americanos estão divididos em relação ao papel que devem desempenhar no mundo. Os dados da última pesquisa publicada pelo *Chicago Council on Global Affairs/Ipsos* mostram que a maior parte dos americanos favorece a continuidade da assistência financeira e militar à Ucrânia, bem como sua admissão na Otan.¹ A nova rodada de ajuda ao país, no entanto, encontra-se bloqueada no Congresso, apesar dos apelos de Biden. Ao mesmo tempo, pela primeira vez na quase cinquentenária história da *Chicago Council Survey*, a maioria dos republicanos, em 2023, afirmou ser melhor para o futuro dos Estados Unidos permanecer fora, em vez de to-

mar parte ativa nos assuntos mundiais.² Esse desvio reflete uma mudança significativa na opinião pública desde 2015, quando os apoiadores do Partido Republicano eram mais propensos do que os democratas a favorecer um papel ativo no exterior. O declínio no apoio é mais contundente entre os chamados “*Trump Republicans*”, que expressam visões mais negativas sobre o papel global dos Estados Unidos e alianças militares. Além disso, a pesquisa menciona que o trumpismo prefere uma liderança mais independente e menos cooperativa dos Estados Unidos no cenário internacional.

Portanto, uma das faces da crise da democracia americana é esta tendência a um isolacionismo à *la carte* do país. As expectativas globais para um segundo mandato de Trump são preocupantes, pois o candidato promete radicalizar as políticas dos Estados Unidos tanto interna quanto internacionalmente, o que pode prejudicar suas alianças ao redor do mundo e influenciar a segurança na Europa, no Pacífico Asiático e na América Latina. Vale destacar que o *Conservative Political Action Conference*, de 2024, tradicional evento organizado pelos conservadores dos Estados Unidos em Washington e reduto do trumpismo, contou com duas “celebridades” latino-americanas: Nayib Bukele de El Salvador e Javier Milei da Argentina. Além deles, Eduardo Bolsonaro, deputado brasileiro e filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, também esteve presente. Um eventual retorno de Trump alimentaria forças como estas, que poderão se fortalecer em seus países de origem ou retornar naqueles em que foram derrotados.

* É coordenadora do Curso de Graduação em Relações Internacionais e do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais da UFRRJ.

** É professor da Universidade Federal de Uberlândia (leri/UFU), coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRJ/UFU) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu).

1 Disponível em: <https://globalaffairs.org/research/public-opinion-survey/americans-continue-support-military-and-economic-aid-ukraine>

2 Disponível em: <https://globalaffairs.org/research/public-opinion-survey/majority-trump-republicans-prefer-united-states-stay-out-world>

Um pesadelo que merece o Oscar

Francisco Carlos Teixeira Da Silva*

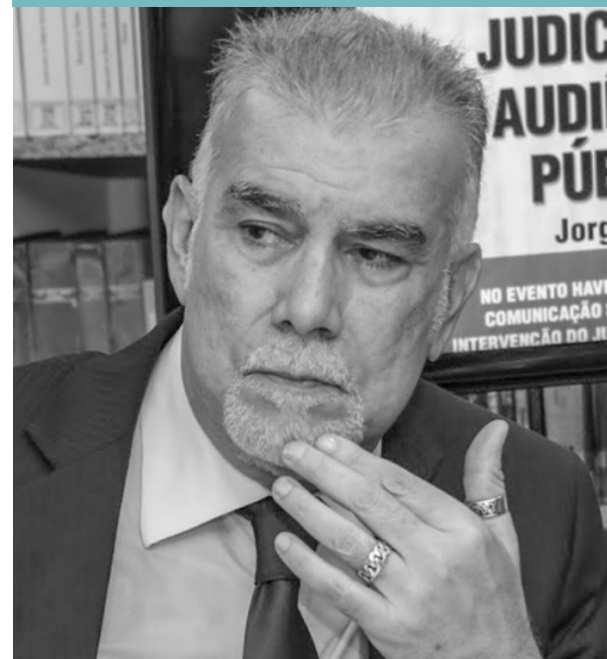
■ O filme *Oppenheimer*, de Christopher Nolan (Estados Unidos, Universal Pictures, 2023), com cinematografia de Hoyte von Hoytema, após conquistar o Globo de Ouro de Melhor Filme e sete prêmios Oscar, consagrou-se como a obra mais significativa do cinema do ano passado. O retorno do tema da guerra nuclear e do alto risco dos eventos de agosto de 1945 se repetirem hoje, depois de uma longa ausência das telas, volta a perturbar o público, em especial o público americano.

Consideramos a atual corrida eleitoral nos Estados Unidos, com a provável vitória de Donald Trump, a causa da preocupação geral com a possibilidade de uma guerra nuclear. Mas não pelo motivo que parece mais óbvio – a agressividade do ex-presidente em promover o retorno dos Estados Unidos a uma posição hegemônica no mundo.

Ao iniciar o ano de 2024, duas ordens de fatores diferentes se tornaram evidentes nas relações internacionais. Um de ordem política: a acelerada corrida de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos – vencendo todas as dificuldades jurídicas e campanhas de mídia contrárias. E outra, de caráter tipicamente bélico: o avanço dos russos sobre áreas estratégicas da Ucrânia, que ninguém mais acredita, seriamente, que seja capaz de desalojar os russos dos territórios ocupados. Estes dois fenômenos, aparentemente diversos, convergiram estreitamente quando, seguidamente, Trump fez sérias críticas à condução da guerra, ao apoio americano a Kiev e à ideia de sustentar uma guerra da Otan contra a Rússia.

As críticas de Trump diferenciam claramente sua visão de prioridades daquela de Joe Biden. Trump chama atenção para a “invasão” dos Estados Unidos por imigrantes – um tema bastante popular – e para a necessidade de maiores investimentos em tecnologia para impedir que a China Popular

se torne dominante no setor. Uma larga camada da população americana acredita que, de fato, a China é o principal inimigo, não só por ameaçar internacionalmente a primazia americana, como ainda por piratear e “roubar” tecnologia americana e, assim, destruir empregos nos Estados Unidos. Enquanto 50% de todos os americanos entrevistados consideram a China Popular a principal ameaça aos Estados Unidos, 73% dos eleitores republicanos concordam com a afirmação, enquanto 46% dos eleitores que se identificam como “independentes” e somente 30% dos eleitores democratas concordam com tal visão sobre os “inimigos” dos Estados Unidos. Os democratas, por sua vez, com 53% de seu total apontam a Rússia como o principal inimigo, sendo o Irã e a Coreia do Norte citados de forma residual. Assim, Biden e Trump “surfam” no alto das certezas de seu eleitorado, mas Trump consegue – conforme pesquisa Gallup – muito mais apoios entre os ditos “independentes”, entre os quais apenas 32% apontam a Rússia como principal inimigo. Um significativo número de americanos, a maioria, malgrado toda a exposição negativa de Vladimir Putin na imprensa americana, não confia em negociações com Xi Jinping – chegando, conforme pesquisa da Bloomberg, a 83% dos entrevistados que consideram as relações China Popular *versus* Taiwan como o maior foco atual de tensões. Assim, todo o investimento de uma futura Presidência Trump seria em direção a “conter” a China e para isso o enfrentamento com a Rússia – o qual Trump várias vezes afirmou que resolveria diretamente com Putin – deveria ser minimizado. Para isso, a Otan, a Europa em geral e a Ucrânia – a quem não perdoa as relações “especiais” com a família Biden – em particular não causam maiores preocupações. De forma muito específica, reforçando posturas da Presidência anterior, Trump se





dessolidariza da Aliança Atlântica, uma verdadeira heresia nas relações de defesa dos Estados Unidos.

Tais declarações, em plena campanha das primárias americanas de 2024, junto com a prática de Trump na sua administração anterior, fez soar todos os alertas em ambos os lados do Atlântico. O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, general Lloyd Austin, normalmente silencioso, veio à público reafirmar a periculosidade da Rússia, a importância da Europa e da Otan para a defesa dos Estados Unidos e, num tom acima, afirmou que os Estados Unidos não aceitaram uma vitória russa sobre a Ucrânia, o que tornaria a possibilidade de uma guerra generalizada bastante real. As declarações do Secretário de Defesa foram, imediatamente, ecoadas em Bruxelas e nas capitais europeias. Van der Leyen, a Presidente da Comissão Europeia, veio rapidamente à cena garantir todo o apoio possível à Ucrânia, enquanto que o Estado-Maior da Luftwaffe planejava a entrega de mísseis Taurus, de longo alcance, para ataques da Ucrânia – que seriam reconhecidos pelos próprios planejadores alemães como inúteis para alterar a direção da guerra – no interior da Rússia. Quase ao mesmo tempo, o Presidente Macron, da França, faz uma declaração dramática sobre a possibilidade de enviar tropas francesas para lutar contra os russos na Ucrânia. Já a transcrição da conversa dos altos mandos militares alemães sobre a possibilidade de eles mesmos, além de treinarem os ucranianos, participarem do planejamento dos ataques à Rússia revelaram, também, que ingleses já estão na Ucrânia a planejar ações contra a Rússia.

Por sua vez, a China percebe, com cuidado e atenção, a evolução de uma política europeia que busca “deslocar” a Rússia, ao mesmo tempo que continua vendendo armamentos

a Taiwan e, mesmo, como no caso dos Países Bálticos, servem de “balão de ensaio” para um possível reconhecimento da “ilha” como um Estado independente. Para a China Popular, o “deslocamento” da Rússia, ou sua derrota ou humilhação na Europa, seria extremamente prejudicial, posto que enfraqueceria a aliança Beijing-Moscou, liberaria os aliados atlânticos da “Frente Russa” e abriria caminho, com maior facilidade, para o mesmo tratamento ser ministrado à China, então numa situação de isolamento, sem grandes aliados.

Desde o final da Guerra Fria, em 1991, da reorganização da Ordem Mundial e do fim do sistema conhecido como “Bipolaridade” – mesmo que uma “Bipolaridade Imperfeita” – não chegávamos tão próximos de um conflito de tão vasta extensão. Enquanto isso, a mesma Europa escandalizada com a morte de um dissidente russo fecha os olhos para o genocídio do povo palestino em Gaza – e mesmo proíbe manifestações de repúdio ao Governo Netanyahu, como em Londres e Berlim. Há uma invisibilidade notável e uma banalização da guerra e de seus terríveis efeitos como não se via nas lideranças europeias talvez desde 1914. Os governos em Londres, Paris e Berlim agem como se fosse possível praticar políticas de desafio, apoio e intervenção numa guerra já perdida sem sofrer as consequências daí decorrentes. As sanções contra a economia russa, a ordem de prisão contra Putin – ao lado do silêncio sobre Netanyahu e os ataques ao gasoduto Nord Stream e à ponte da Crimeia são ofensas que os russos não perdoarão.

Assim, os países da União Europeia, cortadas as relações econômicas com a Rússia e destruídos ou paralisados os gasodutos que garantiriam um abastecimento seguro e barato de energia, padecem, agora, de uma forte paralisia econômica. Com crescimento de 1%, em média, e índices negativos para países como Alemanha, Holanda e Reino Unido, a Europa não tem garantias da continuidade de tais governos, a maioria acossados pelo crescimento do extremismo de direita. Enquanto isso a Rússia – após diversificar e interiorizar suas pautas de importação, em especial com China, Índia, Irã, Venezuela, Vietnã, Turquia, Brasil – cresceu exatos 3,6%

em 2023, deixando para trás a área da União Europeia. Tal situação levou muitos especialistas a considerar que “... hoje estamos mais próximos de uma guerra nuclear do que durante a Guerra Fria”, enquanto funcionava a “Condição MAD”, de “Mútua Destruição Assegurada”, e vários países com fortes movimentos pacifistas – como França e Alemanha – não consideravam raciocinar em termos de ganhos e perdas em caso de uma vasta guerra de massa, convencional, mas altamente tecnológica na Europa.

A Rússia tem advertido, conforme a chamada “Doutrina Medvedev”, que os riscos impostos a interesses vitais da Rússia – as linhas vermelhas traçadas em 2006/8 – levariam obrigatoriamente a uma “escalada” nuclear de um conflito na Europa. As políticas de *roll-back* e de exclusão dos russos da Europa não são realistas e poderiam, num lapso de razão, desencadear uma série de eventos que tenderiam a se tornar incontroláveis.

De qualquer forma, depois da década de humilhações, entre 1991 e 2001, a Rússia advertiu claramente sobre a impossibilidade de ser derrotada, seja numa guerra convencional massiva e altamente tecnológica, seja numa guerra híbrida encoberta, e que a única saída da atual crise é a negociação e a diplomacia. As vitórias alcançadas até o momento por Donald Trump poderão acelerar a possibilidade de atos desesperados na Ucrânia, com a Otan, diante da real possibilidade de um “abandono” americano, com Trump se refugiando num neoisolacionismo seletivo – maior apoio a Israel, sem dúvida – e reorientando as preocupações estratégicas norte-americanas para o eixo Ásia-Indo-Pacífico. Se Trump é uma ameaça contra a paz, o *deep state* de Washington – única derrota de Trump nas eleições primárias – é, ele também, um núcleo decidido a impor sua política atlantista, mesmo ao custo de uma ampla guerra massiva e dos riscos da “escalada”.

Por tais razões, mais do que nunca, por almejarmos a paz, precisamos e devemos estudar a guerra em suas novas e multifacetadas formas no tempo presente.

* É professor titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ, professor emérito da Eceme e professor titular de Teoria Social da UFJF.

EUA no meio do redemoinho

Plínio de Arruda Sampaio Jr.*

■ Imersos na maior crise político-institucional desde a Guerra da Secessão, em novembro de 2024 os americanos vão às urnas em clima de crescente polarização entre Democratas e Republicanos. A aposta de que bastaria impor uma derrota eleitoral a Trump para pacificar a nação e recompor a unidade dos partidos da ordem revelou-se uma quimera. A força de Trump origina-se da enorme frustração gerada pela incapacidade do *establishment* (do qual ele faz parte) de resolver os problemas mais elementares da população. Para uma expressiva parcela dos americanos, os Estados Unidos caminham para a Guerra Civil.¹

Há motivo de sobra para a insatisfação social. O desempenho da economia dos Estados Unidos dos anos Biden ficou muito aquém do que seria necessário para melhorar efetivamente a vida da população e sequer apontou em direção a uma mudança efetiva no rumo do padrão de desenvolvimento. Para a grande maioria dos americanos, o governo Biden, a despeito de sua retórica reformista, revelou-se uma mera continuidade do globalismo neoliberal.

Ainda que as medidas emergenciais para atravessar a crise sanitária e os programas de investimentos para fortalecer a competitividade de determinados setores tenham sido importantes para evitar o mergulho recessivo da economia e para estimular investimentos em determinados ramos industriais, a tendência à estagnação não foi revertida. A queda na taxa de lucro persiste, os investimentos continuam deprimidos, a produtividade não se recupera e as pulsões recessivas permanecem latentes.² A estimativa da OCDE, que tradicionalmente prima pelo otimismo, é de que a expansão nos próximos sete anos (2024-2030) fique abaixo

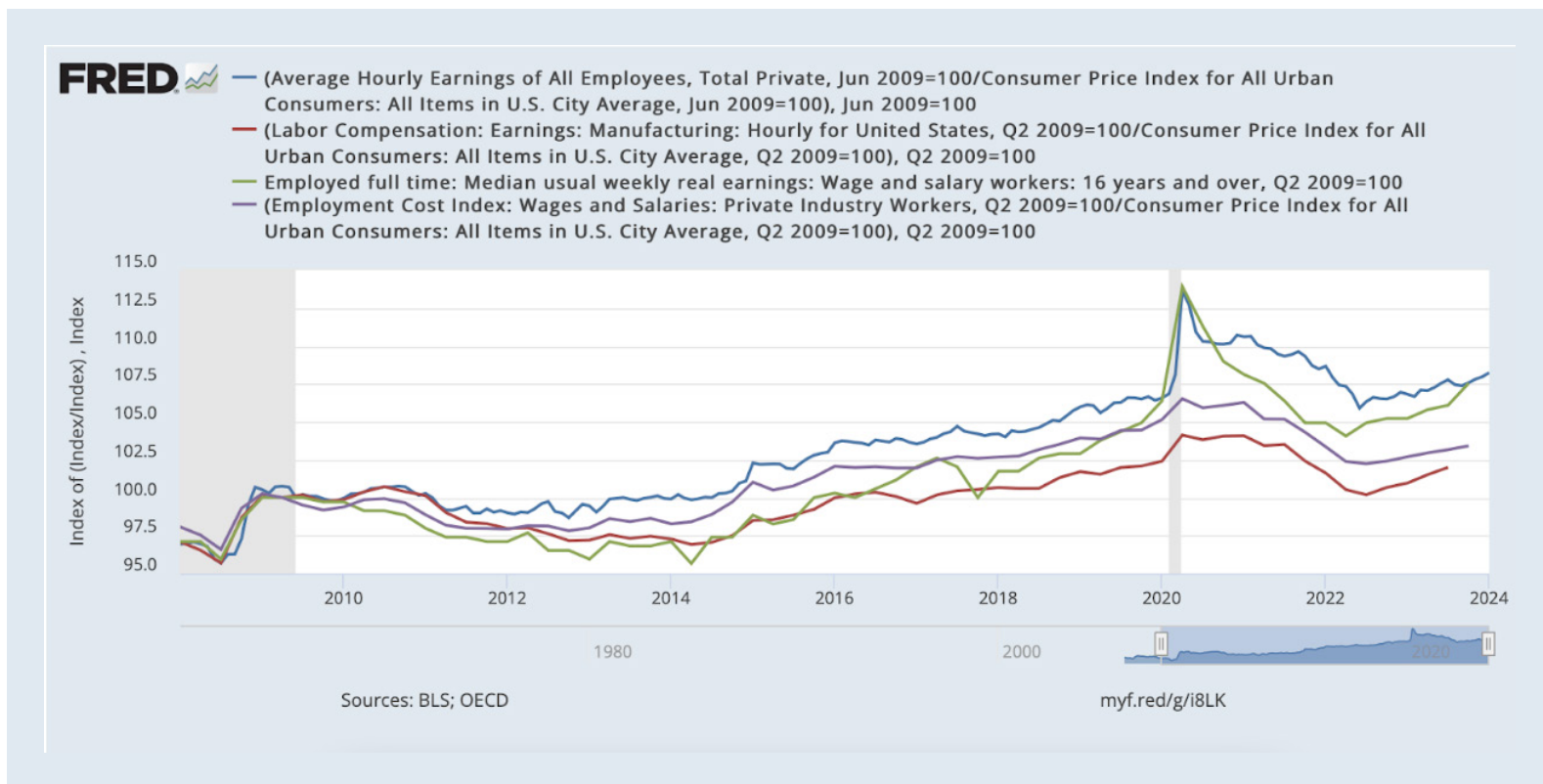
de 1,9% ao ano, bem abaixo da média de 2,25% anuais no período anterior à crise sanitária (2010-2019).

Embora o surto de elevação dos preços iniciado no segundo trimestre de 2021 tenha arrefecido, a inflação ainda se encontrava acima de 4% ao ano em 2023, patamar relativamente elevado para os padrões norte-americanos. A redução da inflação foi determinada basicamente pela normalização dos custos de produção e circulação de mercadorias em escala global (aumentados em razão da disrupção das cadeias de valor e dos choques de oferta de produtos agrícolas e minerais). A drástica elevação dos juros e o aperto monetário pouco ajudaram no combate à inflação.

O apelo ao receituário ortodoxo convencional teve, entretanto, efeitos nefastos na saúde financeira das famílias e das empresas, sobretudo nas unidades sobre-endividadadas. Como consequência, a vulnerabilidade do sistema financeiro a crises de inadimplência foi substancialmente agravada. Dando continuidade ao princípio sacrossanto de que o grande capital é *“too big to fail”*, a política econômica de Biden é um exemplo do compromisso inarredável do Estado norte-americano com as grandes corporações. O socorro incondicional aos grandes bancos reforçou os mecanismos de concentração da riqueza e da renda que caracterizam o padrão de acumulação neoliberal.

A redução da taxa de desemprego para menos de 4% – na faixa dos patamares históricos mínimos – mascara a verdadeira situação dos trabalhadores, pois a recuperação do dinamismo do mercado de trabalho não reverteu a tendência estrutural à deterioração do nível tradicional de vida dos trabalhadores, caracterizada pela expansão sistemática do subemprego e pela crescente presença de *“bullshit*





jobs” – trabalhos precários, de tempo parcial e mal remunerados.³

Os anos Biden tampouco reverteram a sistemática contração do poder de compra dos trabalhadores, mormente dos que compõem a metade mais pobre da força de trabalho. Ainda que, desde o segundo semestre de 2022, os salários tenham crescido acima da inflação – atenuando parcialmente a expressiva queda do salário real provocada pela aceleração dos preços –, em janeiro de 2024 a renda mediana real dos trabalhadores permanecia 4,3% abaixo do nível alcançado em dezembro de 2020, no final do governo Trump.

As sondagens eleitorais têm sido praticamente unânimes em apontar a liderança de Trump. Apresentando-se como alternativa antissistêmica, o ex-presidente vence Biden no voto popular – o que é uma novidade para os republicanos na história recente – e apresenta significativa vantagem no Colégio Eleitoral. As perspectivas não são nada alvissareiras para os democratas. As pesquisas revelam o significativo avanço do republicano entre trabalhadores, jovens e eleitorado hispâ-

nico – grupos demográficos cruciais para a vitória de Biden em 2020.⁴

Os democratas alimentam a esperança de que uma expansão econômica – cenário que não está inscrito no movimento da conjuntura – possa salvar a eleição de Biden. No entanto, mesmo que isso venha a ocorrer, não será fácil recuperar a popularidade do presidente em exercício. Mais do que pelo momento do ciclo econômico, o eleitorado norte-americano está cada vez mais influenciado pelo profundo mal-estar gerado pela progressiva deterioração das condições de vida. O envolvimento de Biden em guerras inglórias e custosas, com destaque para o apoio incondicional ao genocídio que Israel promove na Faixa de Gaza, aprofunda sua impopularidade.

Há décadas o aumento do PIB não vem acompanhado de mobilidade social e prosperidade material. O sistemático ataque aos sindicatos, o arrocho do salário mínimo, a expropriação do conhecimento do trabalhador pela revolução algorítmica, o desenvolvimento das cadeias de valor e a arbitragem salarial em escala global levaram a exploração do trabalho ao

paroxismo. A gritante discrepância entre a expansão da produtividade da economia e a evolução dos salários reais solapa o “sonho americano”.

Enfim, o crescimento da economia já não é capaz de aplacar as terríveis contradições sociais da sociedade norte-americana. Desde a ofensiva neoliberal que se seguiu à crise econômica dos anos 1970, a acumulação de capital tornou-se indissociável da tendência estrutural à concentração da renda e da riqueza, como fica evidente no crescente abismo entre a expansão do PIB e a renda média e, sobretudo, mediana da população.

A sociedade norte-americana encontra-se no epicentro da crise estrutural que abala o sistema capitalista mundial. É a progressiva deterioração do nível tradicional de vida dos trabalhadores e suas consequências nefastas em todas as dimensões da vida que condicionam a luta de classes. O americano comum desconfia da legitimidade das instituições e procura novos rumos para a economia e a sociedade.

Na ausência de horizonte que vá além do capital, à burguesia só resta adminis-

trar a barbárie. Daí a crise terminal da democracia liberal em todos os cantos do mundo. O mito do crescimento como panaceia para os problemas sociais perdeu eficácia como mecanismo de apaziguamento da luta de classes. A ameaça protofascista já não é suficiente para dissuadir o eleitor de se aventurar em novos rumos, por mais distópicos que sejam.

Sem promover nenhuma mudança substancial, o tempo ganho pela derrota do mal maior em 2020 foi desperdiçado. Apresentando-se como alternativa ao *status quo*, a ultradireita encontra-se em plena ofensiva política e ideológica. Sem atacar os condicionantes objetivos e subjetivos responsáveis pelo avanço das tendências autoritárias – a escalada da barbárie capitalista e a ausência de uma política anticapitalista –, é uma ilusão imaginar que se possa evitar suas consequências perversas: a necessidade de um padrão de dominação burguês cada vez mais brutal e autoritário.

* É professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/Unicamp e editor do site *Contrapoder*.

1 Em 2021, pesquisa de opinião pública registra que 46% dos americanos acreditam que os Estados Unidos estarão sujeitos à ameaça de uma Guerra Civil no futuro. Entre os jovens, a proporção alcançou 54% (<https://www.brookings.edu/articles/is-the-us-headed-for-another-civil-war/>). Sobre o risco de Guerra Civil nos EUA, ver Barbara F. Walter, *How Civil Wars Start: and How to Stop Them*.

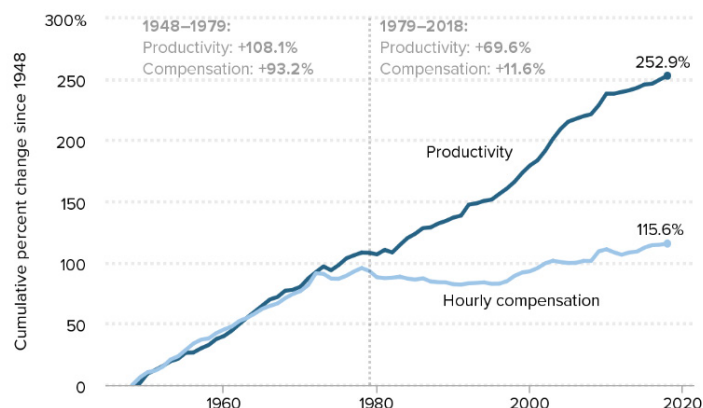
2 Ver, Michael Roberts, *Why did the US avoid a recession in 2023?*, in Michael Roberts Blog (<https://thenextrecession.wordpress.com/2024/01/30/why-did-the-us-avoid-a-recession-in-2023/#:~:text=To%20sum%20up%2C%20the%20US,sizeable%20stock%20of%20unsold%20goods>).

3 Ver Fred Magdoff and John Bellamy Foster. *Grand Theft Capital: The Increasing Exploitation and Robbery of the US Working Class*, in: *Monthly Review*, May 01, 2023 (<https://monthlyreview.org/2023/05/01/grand-theft-capital-the-increasing-exploitation-and-robbery-of-the-u-s-working-class/>).

4 Ruy Teixeira, *The Coming of Working Class Election*, in: *Liberal Patriot*, January 26, 2024. (<https://www.aei.org/op-eds/the-coming-working-class-election/>)

The gap between productivity and a typical worker's compensation has increased dramatically since 1979

Productivity growth and hourly compensation growth, 1948–2018

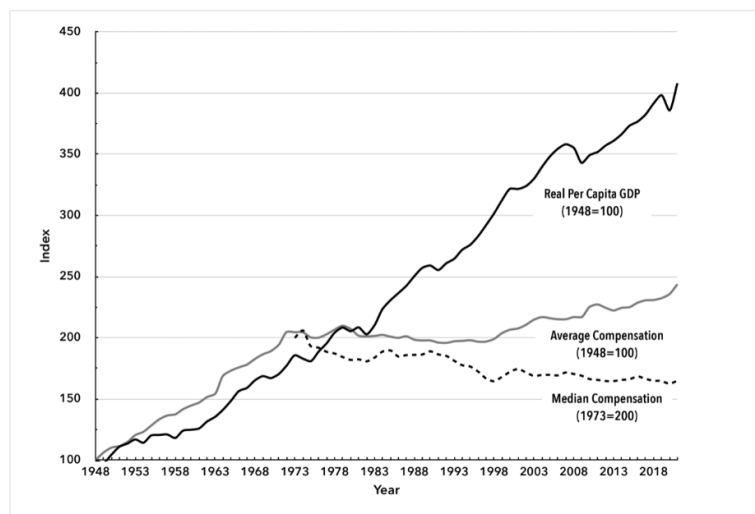


Notes: Data are for compensation (wages and benefits) of production/nonsupervisory workers in the private sector and for net productivity of the total economy. "Net productivity" is the growth of output of goods and services less depreciation per hour worked.

Sources: EPI analysis of unpublished Total Economy Productivity data from the Bureau of Labor Statistics (BLS) Labor Productivity and Costs program and EPI analysis of wage data from BLS Current Employment Statistics, BLS Employment Cost Trends, BLS Consumer Price Index, and Bureau of Economic Analysis National Income and Product Accounts

Economic Policy Institute

Real per Capita GDP, Average Compensation and Median Compensation (Production and Nonsupervisory Roles)



Sources: Index of real average and median compensation calculated from Economic Policy Institute Working America Data Library, "Productivity and Hourly Compensation," epi.org, updated September 2021; index of real GDP calculated from St. Louis Federal Reserve FRED Database, fred.stlouisfed.org, "Real Domestic Product per Capita" (data series A939RX0Q048SBEA), updated February 23, 2023.

Note: All three data series are plotted as index values. The index of median compensation begins in 1973, where 1973=200, as this is the first year in which data is available.



A crise do império e o Brasil: luta pelo crescimento econômico

Rubens R. Sawaya*

■ A democracia nos EUA sempre foi parcial, desde sua origem. Como mostram Levitsky e Ziblatt (*Como as democracias morrem*, 2018), o sistema de eleição indireta tinha a função de impedir que “demagogos” fossem eleitos pelas massas ignorantes. Segundo os autores, o sistema se enfraqueceu em sua proposta ao entregar a administração da democracia aos partidos, que se tornaram responsáveis por selecionar os candidatos em prévias. Mesmo assim, durante muito tempo, “a guarda dos portões pelo partido era tão eficiente que *outsiders* simplesmente não podiam ganhar”, relatam.

Contudo, os autores argumentam que o poder do dinheiro – eles não são diretos, mas trata-se do poder das grandes corporações – e o surgimento da mídia alternativa fizeram com que os “guardiões da democracia” perdessem o controle sobre o processo. Dessa forma, justificam a ascensão de Trump ao poder, um perigoso demagogo. O aumento do poder popular resultou na ascensão da extrema direita ao poder, de um candidato “externo ao sistema” tradicional de cartas marcadas e sob controle das elites. Parafraseando Chomsky (*Quem manda no mundo*, 2017) com ironia, a democracia nos EUA deixou de ser controlada por “pessoas inteligentes” contra as massas “estúpidas e ignorantes”. As pessoas inteligentes seriam as elites que controlam as grandes corporações, o grande capital financeirizado (empresas *holdings*), hoje corporações transnacionais (TNC), que veem seu controle tradicional sobre o Estado ameaçado.

Tradicionalmente, nos EUA, dois partidos se alternam no poder, dando a sensação de “democracia madura e estável”. Apresen-

tavam seus candidatos ao “mercado” como produtos em uma prateleira, uma verdadeira “democracia de mercado”, nos termos de Rancière (*O ódio à democracia*), ideia que já estava no clássico Schumpeter. Os candidatos eram propostos como os mais aptos a representar o poder econômico das elites hegemônicas conectadas às grandes corporações financeirizadas. Pouca diferença fazia se republicanos ou democratas estavam no poder. Ambos tinham a mesma função. Diferem na cor e em algum grau de conservadorismo em termos de costumes, o que tem apenas apelo popular e serve quase como um entretenimento das “massas”. Pouco ou nada diferiam nas grandes questões estratégicas nacionais e internacionais que regem o poder político e militar fundado nas elites hegemônicas. O povo em geral vivia do que “pingava” da riqueza nacional e que, durante determinada época, conseguiu garantir alguma distribuição da renda para as vastas classes médias, mantendo aceso o “sonho americano”. Essa lógica do poder definia a ação global do país, com o Estado abrindo e garantindo o espaço por suas incursões militares no mundo em simbiose com os interesses das corporações, de modo a garantir a extração e a apropriação do valor criado globalmente. Claro, isso se chama imperialismo. Pouco interferia a cor do partido no poder em alternância de aparência democrática.

A mudança no sistema de controle sobre a política nos EUA responde a um declínio econômico “autofágico e consciente” do país à medida que os estrategistas, tanto do setor privado como estatal, alteraram a rota econômica para a financeirização – *holdings* se tornaram transnacionais (TNC) – e para o *offshoring* para a China (Chomsky), imaginando poder abrir mão da estrutura produ-



tiva, mas garantindo a apropriação sobre o valor – na forma monetária – criado fora do país pelas elites cada vez mais “rentistas”. A adesão ao neoliberalismo sob pressão do próprio capital em seu processo de transnacionalização criou uma enorme contradição entre os interesses nacionais e as estratégias das TNC, que perderam sua relação direta com os EUA ao transferirem sua estrutura produtiva para a China. O resultado foi a desindustrialização dos EUA e o consequente empobrecimento crescente da população. O agravamento da situação social interna culmina com a crise de 2008, que joga milhares de pessoas na pobreza nos EUA.

O “sonho americano”, quando subordinado ao neoliberalismo, transforma-se em pesadelo social e abre as portas para a ascensão da extrema direita. As elites econômicas veem seu poder político ameaçado por “demagogos”. O slogan “*make America great again*” de Trump ganha força a partir do empobrecimento real das massas, do descolamento do poder econômico transnacional dos problemas sociais nacionais. Biden tenta uma reação – a reindustrialização – sem o apoio das antigas corporações, que hoje só dependem do poder dos EUA para intervenção militar, de modo a não terem seu processo de extração de valor espalhado pelo mundo importunado por governos locais – agora ainda mais importante para frear a expansão chinesa.

O surgimento de Trump (demagogos e oportunistas) e a perda de controle por parte das elites (corporações) sobre a política são resultados do enorme empobrecimento e exclusão social nos EUA, provocados pelos anos de neoliberalismo. O que aparece como uma “crise da democracia” é na verdade uma crise por dentro dos sistemas de controle tradicionais. Construíram um cenário propício ao surgimento de salvadores da pátria, oportunistas – a espelho do fascismo – que ganham popularidade em meio ao desespero crescente da população. Trump é o resultado do império em declínio diante da mudança do eixo hegemônico, do império desafiado pelo poder econômico da China.

Nesse sentido, nem Trump nem Biden representam algum alento ou solução para o

Brasil. Certamente que a vitória de Trump fortaleceria aqui a extrema direita, à revelia das elites locais, que também perderam o controle sobre a política como resultado do neoliberalismo radical, da desindustrialização e do empobrecimento crescente da população. As TNC só precisam do apoio do Estado dos EUA sobre o Brasil para garantir o controle sobre petróleo e matérias-primas, para manter o país como seu quintal e impedir a expansão crescente da China na América do Sul. Trata-se de uma disputa pela hegemonia global sem qualquer projeto para o Brasil. Por mais que Bolsonaro tenha sido pateticamente subserviente aos EUA, nada ganhou, nem apoio ao seu golpe, sem saber que o verdadeiro golpe já tinha sido dado em 2016 sobre a Petrobras e sua cadeia de valor, sobre as grandes construtoras, sobre o desmonte da estrutura produtiva que restava no Brasil. A saída da Ford do país é emblemática.

Hoje está claro que o jogo é diferente. Nesse novo cenário geopolítico em disputa, o Brasil tem a oportunidade de se posicionar de modo soberano para mostrar para os principais jogadores globais, EUA e China, que “não é o quintal de ninguém”, simplesmente para conseguir salvaguardar seus interesses como um jogador relevante que detém poder nas negociações. Pode assim, nessa disputa, aproveitar a oportunidade que se abre, de forma independente. Seu papel de liderança na América do Sul pode ser usado para administrar suas relações com os EUA. Da mesma forma, pode se beneficiar de sua aproximação estrutural econômica com a China e ir além de sua condição atual de primário-exportador de produtos agrícolas e minerais, aproveitando-se dos interesses expansivos daquele país para o processo de reindustrialização brasileira – espera-se que, desta vez, de forma soberana e não subordinada. O Brasil só conseguirá se beneficiar desse novo jogo global se jogar seu próprio jogo, abandonando a tradicional subserviência típica de suas elites aos EUA, que só teve como resultado recolocar o país de volta à condição primário-exportadora, situação radicalizada após o golpe de 2016.

O fortalecimento da extrema direita no Brasil, se Trump for eleito, só pode ser evi-



tado com o aproveitamento soberano dessa situação de disputa hegemônica global. A única saída para impedir que “demagogos ignorantes” voltem ao poder é a reindustrialização e o crescimento econômico, a diminuição do desemprego, a elevação da renda pelo ganho de produtividade tradicional da indústria. Tanto a demonstração de soberania na política internacional como as políticas de reindustrialização são centrais neste processo de saída positiva para o Brasil.

Claro, não está sendo fácil. Nossas elites, como resultado do neoliberalismo aqui, se desvincularam do interesse nacional soberano – ao defenderem a privatização da Petrobras e Eletrobras – e se tornaram especialistas em se apropriar do Estado nacional como forma de garantir o rentismo que se alimenta do controle sobre o fundo público via dívida pública e superávit fiscal. Dessa forma, buscam sempre minar as políticas ativas de crescimento econômico. Sem o controle direto sobre a política, essas elites foram capazes de se aliar à extrema direita troglodita, com o risco de repetirem o desastre dos últimos anos. A única saída contra esse movimento é o crescimento econômico soberano.

* É professor e vice-coordenador da Pós-Graduação em Economia Política do Departamento de Economia da PUC-SP.



Entre um extremista de direita e um gestor do imperialismo “*as usual*”, os estadunidenses aprofundam sua crise estrutural nas eleições de 2024

Joana Salém*

■ Em 5 novembro de 2024, os cidadãos dos Estados Unidos irão às urnas eleger seu novo presidente. O processo decisório, porém, começou em janeiro com as eleições primárias. Já não há dúvidas de que a disputa será novamente entre Trump e Biden, o que revela uma profunda crise de representatividade nos dois partidos que compartilham e rivalizam o poder. Nossa hipótese é que Trump e Biden significam as duas faces da mesma crise estrutural.

De um lado, Trump representa uma revanche do extremismo conspiratório derrotado em 2020, que nunca aceitou o resultado das urnas. Com ele vem à tona a incapacidade das instituições americanas em darem uma resposta à altura ao ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 e os múltiplos processos criminais movidos contra o líder republicano. Ao mesmo tempo, Trump galvaniza a frustração de uma imensa classe média empobrecida, que apostou a sua vida laboral inteira no *American dream* e terminou afogada na *Gig Economy*, no endividamento e na ausência de seguridade social. Entre os apoiadores

Trump, Biden e a desgraça americana

de Trump está uma classe trabalhadora desempregada, fruto da desindustrialização, que reifica sua miséria na ideia mítica de uma “América grande de novo”. A mitificação do passado e os bodes expiatórios internos que teriam feito mal ao país (negros, mulheres, gays, comunistas, democratas, etc.) engajam muita gente.

De outro lado, Biden é um presidente enfraquecido em cenário nacional e internacional. Paradoxalmente, seu programa econômico é uma tentativa *old-school* de recuperação da indústria americana por meio de uma guinada semiprotecionista em um mundo neoliberal fabricado pelas próprias instituições que o capital estadunidense gerencia. Os resultados econômicos do governo Biden têm sido auspiciosos, com crescimentos acima das projeções e inflação quase zero, mas talvez estes indicadores convencionais não sejam mais adequados para captar algo mais profundo. Os fluxos da indústria pesada de bens de capital para outras partes do mundo não são um problema que se resolve em um governo. E o perfil laboral das *big techs* emprega um punhado de engenheiros de ponta com altos salários e uma massa gigante de técnicos mal remunerados. Há uma crise estrutural da sociedade salarial em curso, dinamizada pelo padrão de acumulação neoliberal. O feitiço está voltado contra o feiticeiro e Biden não tem poderes suficientes para reverter o quadro.

A reprise Trump x Biden

Nas primárias republicanas, a vitória de Trump é inevitável. Sua concorrente, Nikki Haley, se retirou das primárias logo após a Super Terça, quando reunia somente 10% dos votos em 35 estados (incluindo a Super Terça). Contra Haley pesou o fato de ter composto o corpo diplomático principal do governo Trump como embaixadora dos EUA

na ONU (2017/2018) – cargo que ganhou alto teor ideológico em um governo autoproclamado “antiglobalista”. Sempre que Haley tentou moderar ao centro para se diferenciar do extremismo de Trump, entrou em contradição com sua própria biografia. Além disso, por ser altamente misógino, o extremismo de direita (dentro e fora dos Republicanos) dificilmente elegeria uma mulher como máxima representante. O fenômeno é global: a hegemonia da direita mundial está sob as rédeas da extrema direita. Nos EUA, ninguém mais “autêntico” que Trump para materializar esse fenômeno.

No caso dos democratas, as primárias poderiam ter sido um absoluto tédio não fosse a mobilização de base em alguns estados pelo voto “*uncommitted*”, uma espécie de “nulo” ou “nenhuma das anteriores” com forte efeito desmoralizador sobre o candidato principal. Tecnicamente, Biden concorreu com Marianne Williamson (escritora de livros de autoajuda), Dean Phillips (deputado de Minnesota) e Jason Palmer (investidor e político), mas os três juntos somaram míseros 7% dos votos, enquanto o atual presidente vence com mais de 85%.

O verdadeiro concorrente de Biden tem sido o voto “*uncommitted*”, que flutuou em torno de 9%. Não é desprezível que, diante da escolha entre Biden e “ninguém”, quase um décimo dos democratas decidiram sair das suas casas para votar em “ninguém”, o que atesta uma profunda crise de identidade política estadunidense no polo “centro-progressista”.

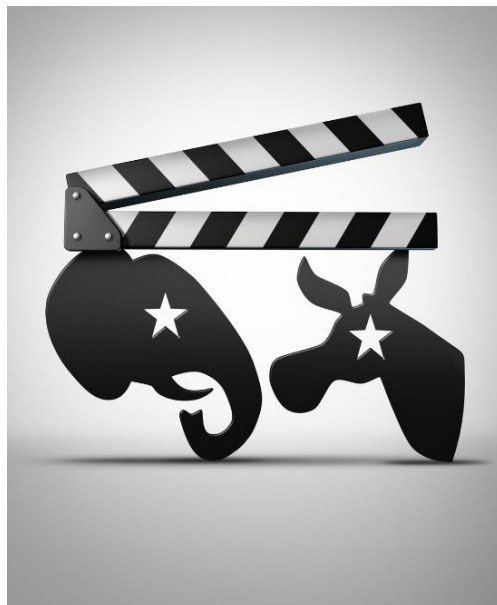
Assim como na América Latina, a polarização política estadunidense parece se equilibrar entre a extrema direita, com capacidade de mobilizar multidões e fabricar uma enxurrada de mentiras por segundo, e um centro moderado e insípido, com retórica progressista acompanhada de um programa gerencial do capitalismo *as usual*.

EUA, Israel e Palestina

Os votos *uncommitted* na base democrata têm sido orientados sobretudo por ativistas em defesa do povo palestino, estarrecidos com a cumplicidade automática de Biden no genocídio praticado por Israel – seriam aquilo que restou do verdadeiro progressismo americano? Em fevereiro, mês chave das primárias, uma sequência de eventos mostrou a Biden que sua posição perante a questão Palestina não pode seguir o “piloto automático” da cumplicidade de genocida.

Em 25 de fevereiro, o soldado da aeronáutica Aaron Bushnell, de 25 anos, ateou fogo ao próprio corpo em protesto extremo contra a participação estadunidense como cúmplice dos crimes de Israel contra o povo palestino – seja pelo suprimento de armas e dólares aos israelenses, pela campanha midiática racista nos EUA contra palestinos de Gaza, associando-os ao “terror”, seja pelo veto estadunidense às propostas de paz e ajuda humanitária no Conselho de Segurança da ONU. Dois dias depois do chocante suicídio de Bushnell, em 27 de fevereiro, mais de 100 mil americanos em Michigan saíram das suas casas para votar “*uncommitted*” contra Biden nas primárias democratas, alcançando surpreendentes 13% dos votos. Foram movidos essencialmente pela causa palestina. Estes acontecimentos tiveram um efeito depressivo na campanha do presidente.

A isso se somou o estarrecedor ataque de soldados israelenses, assassinando a sangue frio uma multidão de palestinos desesperada por comida dos caminhões de ajuda humanitária no dia 29 de fevereiro. Com isso, foi ficando cada vez mais evidente que a política pró-Israel de Biden representa danos não desprezíveis sobre a sua capacidade eleitoral interna, o que explica em parte pequenos gestos relativísticos do começo de março, como a afirmação de Biden com a certeza de um cessar-fogo que não aconteceu e a explícita defesa de uma pausa na guerra pela VP Kamala Harris. Depois da atroz posição dos EUA contra a abertura de corredores de ajuda humanitária no Egi-



to para Gaza em novembro de 2023, o que teria evitado milhares de mortes e feridos, nada do que faça o governo estadunidense vai retirar o sangue das suas mãos.

Sobre esse conflito, Trump só tem a ganhar. Primeiro, pois não está no poder e assim falar o que quiser sem compromisso prático. Segundo, porque o racismo americano antiárabe representa parte relevante do seu eleitorado, e a violência de Israel se enquadra ideologicamente nos marcos da Doutrina Bush da “guerra ao terror”. Assim, ao mesmo tempo que Trump assiste de camarote Biden se desgastar com o tema da Palestina, consegue insuflar seus entusiastas a aplaudir Netanyahu sem danos colaterais.

Biden, Trump e os sintomas mórbidos

Em suma, enquanto Trump surfa no orgulho extremista e articula uma retórica de perseguição judicial (que os brasileiros conhecem bem), Biden afunda em uma impopularidade crítica e uma falta de convicção dentro de suas próprias bases. Portanto, apesar das acusações criminais e condenações bilionárias contra Trump, que se defende de mais de 90 processos, entre denúncias gravíssimas de crimes eleitorais, crimes sexuais e fraudes contábeis, tudo indica que nada disso afetará a onda extremista do MAGA – *make American great again*.

Recentemente, Trump foi condenado a pagar 83 milhões de dólares de indenização para uma vítima de suas agressões sexuais, a escritora Elizabeth Jean Carroll. Nos meios da conspiração trumpista, porém, uma condenação como essa é muito mais um motivo para acelerar a “revanche misógina” e confirmar a tese de perseguição contra seu líder, do que qualquer tipo de retraimento ou hesitação política.

Isso ocorre porque o trumpismo é um fenômeno sociopolítico profundo, consequência da crise do capitalismo estadunidense, que foi tão bem retratada em três documentários recentes: *Capitalismo: Uma História de Amor* (2009), de Michael Moore, *Indústria Americana* (2019), de Julia Reichert e Steven Bognar, e o extraordinário *Nomadland* (vencedor do Oscar de 2020), de Chloé Zhao.

Estes três filmes são complementares em retratar como o processo de desindustrialização dos Estados Unidos (ou ainda de reindustrialização sob comando chinês) destroem a sociedade assalariada, eliminam para sempre uma massa de empregos qualificados, minam o orgulho das classes médias e lançam à pobreza e ao desamparo uma geração que acreditou nas promessas do capitalismo e terminou de mãos vazias, sem casa, sem aposentadoria, sem nada.

A desgraça americana nestas eleições é que Biden representa um modelo de capitalismo em crise estrutural, enquanto Trump vocaliza os sintomas mórbidos da crise avançada. A desgraça é gerada pelo próprio sistema e faz surgir subjetividades políticas revoltadas, que se expressam pelo fascismo, a violência e o ódio. Todos nós, latino-americanos, sofreremos as consequências.

* É professora visitante do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFABC e doutora em História Econômica pela USP.



O JE continua a publicação de resumos dos textos vencedores do 32º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Ludmila Pinheiro de Souza, graduada pela UFF Gragoatá, foi o segundo colocado do certame.

Desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro

Ludmila Pinheiro de Souza*

■ Na história e cultura ocidentais, a ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres é natural foi enraizada e torna-se difícil entender o ponto de partida desta ideia. Muitas justificativas foram utilizadas para embasar esse pensamento, como fatores biológicos, sociais, religiosos, etc., embora nada seja comprovado. No mercado de trabalho brasileiro, no entanto, a desigualdade entre gêneros pode ser justificada com suporte de pesquisas como a Pnad e o Censo Demográfico.

Com a crescente onda de movimentos sociais, ao fim do século XIX muitas mulheres começaram a questionar a tamanha desigualdade entre os gêneros que permeava a sociedade, especialmente nos EUA e Europa, dando início ao conhecido movimento feminista. Neste primeiro momento a principal exigência das mulheres girava em torno de conquistar direitos básicos, já abertamente comuns aos homens. Participar da vida política, econômica ou trabalhar fora de casa não era extensível às mulheres, uma vez que seu papel na sociedade era estritamente idealizado para o cuidado da casa e família. Este primeiro momento ficou conhecido como Primeira Onda do movimento feminista e, embora pioneiro, recebeu críticas por reclamar direitos a uma parcela da população femini-

na que se enquadrava majoritariamente a partir da classe econômica média, especialmente mulheres brancas. Mulheres pretas e pobres já trabalhavam fora de seus lares, como afirmou Bell Hooks (2019).

Ao não se encontrarem nas pautas apresentadas pelas feministas liberais, muitas mulheres desassociaram-se do movimento e assim surgiu o chamado movimento feminista negro em 1960 nos EUA. No Brasil, um dos maiores nomes do movimento foi Lélia Gonzalez, trazendo um novo viés ao introduzir o debate racial à pauta da desigualdade de gênero e ao meio político. O feminismo negro abordava que a segregação sofrida pelas mulheres pretas e pardas não estava apenas na condição de ser mulher, mas também em virtude de suas cores.

Ao todo, desde o seu surgimento até os anos recentes, os movimentos feministas passaram por muitas fases e diferentes pautas abordadas, mas no Brasil, por exemplo, a primeira grande conquista do movimento foi a extensão do direito ao voto às mulheres. Esta conquista trouxe benefícios para a elevação da taxa de escolarização feminina, uma vez que apenas pessoas alfabetizadas eram habilitadas a votar, e era de interesse dos partidos políticos que mais pessoas exercessem o direito ao sufrágio.

O aumento do nível de alfabetização e da participação das mulheres em todos os níveis de educação e em diversas áreas



sempre foram reivindicações importantes e cujos dados merecem atenção no Brasil. Como visto na Figura 1, no início do século XX as mulheres apresentavam alto percentual na taxa de analfabetismo em relação aos homens. Em 1980 a proporção tornou-se igual e a partir daí as mulheres tornaram-se mais alfabetizadas que os homens. Os avanços ocorrem não apenas nos anos iniciais da educação, mas no ensino superior também. Com a promulgação da Lei Nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases, o número de mulheres ingressando nas faculdades cresceu. Em 1970 o Censo Demográfico apontava que as mulheres eram 25,6% das pessoas formadas, enquanto os homens eram 74,4%. No Censo Demográfico de 1980 esses números saltaram para 44,6% e 55,4%, respectivamente. Foi uma excelente mudança nos níveis educacionais, a não ser pelo fato de que o perfil educacional não mudou. Desde o ingresso nos cursos de ensino superior, as mulheres permaneciam mui-

to concentradas em cursos que remetiam a educação e cuidados e eram minoria em cursos de ciências e engenharias.

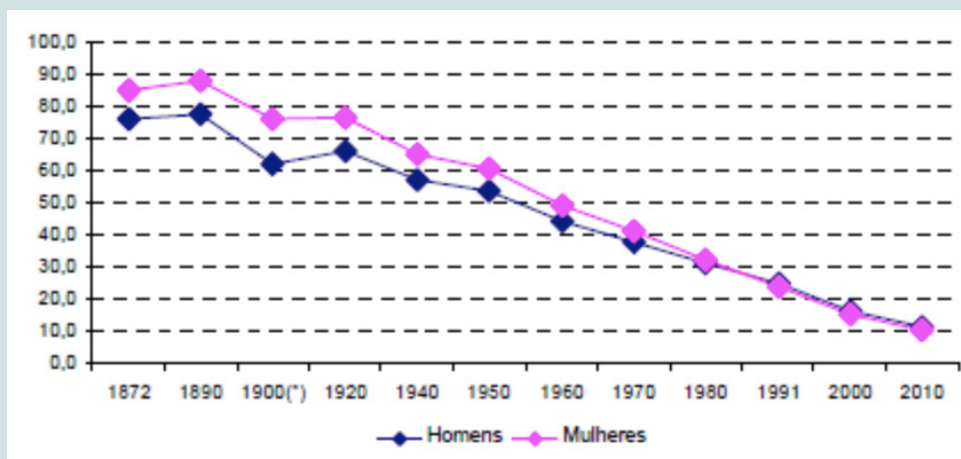
A Tabela 1 mostra que o número médio de anos de estudo da população brasileira em 2015 era 8,2. Ao se analisar este dado por um viés racial, constata-se que os negros são a população com menor número de anos de estudo. As mulheres negras tinham uma média de 7,7 anos, e os homens negros 7,2. Enquanto isso, os homens brancos tinham 8,9 anos de estudo e as mulheres brancas 9,1. Em uma pirâmide educacional, pode-se dizer que o homem negro está na base, enquanto a mulher branca ocupa o topo. Curiosamente, esta distribuição não se repete exatamente nas estruturas salariais do mercado de trabalho formal, indicando que a educação ainda não é principal item de diferenciação no mercado de trabalho.

O ponto central ao realizar um recorte racial e de gênero nos dados educacionais é entender seus efeitos no mercado de trabalho. É claro que houve avanço no processo de escolarização feminino, mas com muita concentração em áreas relacionadas ao que tradicionalmente a sociedade considera como sendo campo de trabalho das mulheres. O nível de ocupação das mulheres começou a aumentar justamente em 1980, quando os efeitos da maior participação feminina no nível de ensino superior começaram a aparecer.

Embora tenham ocorrido avanços para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres, Melo e Morandi (2021) apontam que as mulheres ainda estão inseridas na força de trabalho em menor proporção, em setores que apresentam menor remuneração e possuem piores coberturas sociais. A isso as autoras somam a questão de que as mulheres são a maioria no mercado de trabalho não pago, que é nada mais que outra face do trabalho doméstico, não remunerado ou regido por qualquer legislação. Este tempo gasto nas tarefas de cuidado com a casa e pessoas faz com que as mulheres estejam em desvantagem em relação aos homens no mercado de trabalho pago.

A desigualdade não pode ser discutida

Figura 1 – Proporção da população de 5 anos ou mais de idade que não sabe ler e escrever, por sexo – Brasil, 1872-2010



Fonte: SOARES; MELO; BANDEIRA (2014, p.3).
Fonte original: IBGE, Censos Demográficos 1872-2010.

Tabela 1 – Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça - Brasil - 2015

Cor/Raça	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
Total	8,2	8,0	8,4
Branca	9,0	8,9	9,1
Negra	7,4	7,2	7,7

Fonte: IBGE/Pnad, 2016.

por uma ótica singular: é necessário compreender a sua multidimensionalidade. Se mesmo com o aumento do nível de escolaridade feminino e da participação das mulheres em postos de trabalho mais qualificados, o hiato dos rendimentos entre homens e mulheres permaneceu, não é possível definir que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho foi reduzida. Mesmo ocupando em maioria os números relativos aos níveis educacionais, as mulheres ainda não conseguiram chegar à igualdade no mercado de trabalho: seja pela taxa de ocupação, pelos rendimentos médios ou no acesso aos postos de chefia/direção. Por exemplo, ao analisar os rendimentos médios por anos de

estudo, para o grupo com 12 anos ou mais de estudo, em 2015, as mulheres recebiam 68% do rendimento médio por hora de trabalho dos homens.

A atuação das políticas públicas para que se reduza a desigualdade de gênero deve-se iniciar pela área educacional, para que as mulheres possam estar presentes em setores que estão pouco inseridas, proporcionando maior participação feminina em todas as áreas e possibilitando melhores condições salariais.

Orientadora: Lucilene Morandi.

* É economista pela UFF.